

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

AMANDA DE SOTTO MAYOR

**O SISTEMA ONU E OS DIREITOS DAS MULHERES: UMA ANÁLISE DA
CONVERGÊNCIA DAS TEMÁTICAS TRATADAS POR ONGS E PELA COMISSÃO
SOBRE O STATUS DA MULHER**

Porto Alegre

2017

AMANDA DE SOTTO MAYOR

**O SISTEMA ONU E OS DIREITOS DAS MULHERES: UMA ANÁLISE DA
CONVERGÊNCIA DAS TEMÁTICAS TRATADAS POR ONGS E PELA COMISSÃO
SOBRE O STATUS DA MULHER**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sonia Maria Ranincheski

Porto Alegre

2017

CIP - Catalogação na Publicação

Mayor, Amanda de Sotto

O sistema ONU e os direitos das mulheres: uma análise da convergência das temáticas tratadas por ONGs e pela Comissão sobre o Status da Mulher / Amanda de Sotto Mayor. -- 2017.

62 f.

Orientadora: Sonia Maria Ranincheski.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Relações Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2017.

1. Organizações não-governamentais. 2. ONU. 3. Gênero. 4. Direitos das Mulheres. 5. Comissão sobre o Status da Mulher. I. Ranincheski, Sonia Maria, orient. II. Título.

AMANDA DE SOTTO MAYOR

**O SISTEMA ONU E OS DIREITOS DAS MULHERES: UMA ANÁLISE DA
CONVERGÊNCIA DAS TEMÁTICAS TRATADAS POR ONGS E PELA COMISSÃO
SOBRE O STATUS DA MULHER**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, _____ de _____ de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª. Dr^ª. Sonia Maria Ranincheski – Orientadora
UFRGS

Prof^ª. Dr^ª. Veronica Korber Gonçalves
UFRGS

Prof^ª. Dr^ª. Jussara Reis Prá
UFRGS

À todas as mulheres maravilhosas que me inspiraram a ser feminista.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente aos meus pais, que sempre acreditaram no meu potencial e me estimularam a trabalhar para alcançar meus objetivos. Sem o investimento e a confiança de vocês em mim, além do apoio em momentos de estresse, nada disso seria possível.

Em segundo lugar, gostaria de agradecer à minha orientadora Sonia Maria Ranincheski, que com sua disponibilidade e dedicação tornou o processo de escrita deste trabalho muito mais leve.

Gostaria de agradecer também a todos os amigos que fazem parte da minha vida e que me fazem uma pessoa melhor. Dos anos de graduação, levarei a amizade da Luiza, Barbara, Cesar, Arthur, Thales e Guilherme para a vida. Também agradeço pela amizade de longa data das queridas Isadora, Marina e Júlia, que torcem pelo meu sucesso na mesma medida que torço pelo delas. Sou grata também pelo apoio e ajuda do meu parceiro, Gabriel, que compreendeu que nem sempre eu conseguiria vê-lo com a frequência que gostaria e que me tranquilizou em diversos momentos de tensão.

Por fim, agradeço à República Federativa do Brasil, por proporcionar ensino superior gratuito e de qualidade, e aos cidadãos brasileiros, por financiarem meus estudos. À Universidade Federal do Rio Grande do Sul e aos seus professores, agradeço por todo o conhecimento e desenvolvimento pessoal que me foi proporcionado nos anos de graduação, além do senso crítico que adquiri entrando em contato com visões de mundo diversas.

As a woman, I have no country. As a woman, I want no country. As a woman, my country is the whole world.

Virginia Woolf, em Three Guineas

RESUMO

O presente trabalho busca analisar a participação de organizações não-governamentais (ONGs) na evolução da agenda de promoção da igualdade de gênero na Organização das Nações Unidas (ONU). A análise é centrada no estudo de caso da atuação da ONG argentina Fundación para Estudio e Investigación de la Mujer (FEIM) na Comissão sobre o Status da Mulher (CSW), tendo como objetivo principal verificar se há convergência das temáticas de preocupação tratadas por esta ONG e das recomendações contidas nos documentos finais anuais produzidos pela CSW entre os anos de 2009 e 2017. Será analisado se os documentos finais produzidos nas reuniões anuais englobam as preocupações e recomendações expressadas pela FEIM nas declarações submetidas por ela à Comissão. Para tanto, aborda-se aspectos teóricos acerca da atuação de ONGs no sistema internacional e da utilização de gênero como categoria de análise, a partir da teoria construtivista e da teoria feminista das relações internacionais. Além disso, traça-se um histórico da institucionalização da agenda de promoção dos direitos das mulheres no âmbito da ONU, desde sua criação, dando especial importância à década de 1990 e ao período posterior. Por fim, analisa-se as declarações submetidas pela FEIM à CSW no período que vai de 2009 à 2017 e os documentos finais produzidos nas reuniões anuais da CSW no mesmo período. Verifica-se que na maioria dos anos do período analisado, as demandas expressadas pela FEIM em suas declarações no âmbito da CSW são englobadas pelos documentos resultantes das reuniões da comissão.

Palavras-chave: Organizações não-governamentais. ONU. Gênero. Direitos das mulheres. Comissão sobre o Status da Mulher.

ABSTRACT

This work seeks to analyze the participation of non-governmental organizations (NGOs) in the evolution of the agenda for the promotion of gender equality in the United Nations (UN). The analysis is centered in a case study of the participation of the NGO Fundación para Estudio e Investigación de la Mujer (FEIM) in the Commission on the Status of Women (CSW), aiming to verify if the themes of preoccupation of this NGO converge with the recommendations included in the final documents produced by the CSW between the years of 2009 and 2017. It will be verified if the final documents produced in the annual meetings encompass the preoccupations and resolutions expressed by FEIM in the declarations submitted to the CSW. In order to do that, the work presents some theoretical aspects about the participation of NGOs in the international arena and about the utilization of gender as a category of analysis, using the constructivist and feminist theory of international relations. Furthermore, it is presented in this work a brief historic of the institutionalization of the agenda for the promotion of women's rights in the UN, since the creation of the organization, giving special importance do the decade of 1990 and post-1990. Finally, the declarations submitted by FEIM to the CSW between 2009 and 2017 are analyzed, alongside the final documents produced in the annual meetings of the CSW in the same period of time. It is concluded that in most years of the analyzed period, the demands expressed by FEIM in the declarations submitted to CSW are encompassed by the final documents of the meetings of the commission.

Keywords: Non-governmental organizations. UN. Gender. Women's rights. Comission on the Status od Women

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Sistematização da análise de documentos	51
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEDAW	– Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres
CHR	– Comissão para os Direitos Humanos
ECOSOC	– Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
FEIM	– Fundación para Estudio e Investigación de la Mujer
ODMs	– Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ONG	– Organização não-governamental
ONU	– Organização das Nações Unidas
UNCIO	– Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	ABORDAGEM TEÓRICA	15
2.1	GÊNERO: CATEGORIA DE ANÁLISE E IMPLICAÇÕES NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	15
2.2	TEORIA CONSTRUTIVISTA	18
3	A EVOLUÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS DAS MULHERES NO SISTEMA ONU	22
3.1	A CRIAÇÃO DA COMISSÃO SOBRE O STATUS DA MULHER (CSW) E SUA ATUAÇÃO ATÉ A DÉCADA DE 1980.....	23
3.2	A “AGENDA SOCIAL” DA ONU DOS ANOS 1990	28
4	A ATUAÇÃO DA FEIM NA COMISSÃO SOBRE O STATUS DA MULHER (CSW)	36
4.1	A FUNDACIÓN PARA ESTUDIO E INVESTIGACIÓN DE LA MUJER.....	37
4.2	A COMISSÃO SOBRE O STATUS DA MULHER (2009-2017)	38
5	CONCLUSÃO	53
	REFERÊNCIAS	56

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho busca analisar a participação de organizações não-governamentais (ONGs) na evolução da agenda da promoção da igualdade de gênero na Organização das Nações Unidas (ONU). O trabalho é centrado na atuação da ONG argentina Fundación para Estudio e Investigación de la Mujer (FEIM) na Comissão sobre o Status da Mulher (CSW, na sigla em inglês), no período que vai do ano de 2009 até 2017. A ONG escolhida para análise foi a FEIM porque no período em questão ela teve uma participação ativa e constante na CSW, participando de todas as reuniões exceto a do ano de 2012. Assim, além de levar a perspectiva latino-americana e argentina para o debate, esse comportamento ativo é muito significativo e evidencia o interesse da ONG no debate da CSW.

O objetivo principal do trabalho é de verificar se há convergência das temáticas de preocupação tratadas por esta ONG e das recomendações contidas nos documentos finais anuais produzidos pela Comissão. Assim, será analisado se os documentos finais produzidos nas reuniões anuais da CSW englobam as preocupações e recomendações expressadas pela FEIM nas declarações submetidas por ela.

Será feita a análise de conteúdo dos seguintes documentos da ONG FEIM submetidos à Comissão sobre o Status da Mulher: uma declaração no ano de 2009, uma em 2010, uma em 2011, duas em 2013, duas em 2014, três em 2015, uma em 2016 e duas em 2017, totalizando 13 declarações analisadas. Os documentos mencionados são declarações produzidas individualmente pela FEIM ou em conjunto com outras ONGs. As questões abordadas nos documentos variam, mas têm a intenção de contribuir com a discussão da temática priorizada na reunião do ano em questão, e agregam ao debate a perspectiva argentina e latino-americana. Além das declarações, serão analisados os documentos resultantes da reunião de cada ano, que são padronizados na forma de “Conclusões Acordadas”¹, afim de comparar os dois tipos de documento, ano a ano, com vistas a identificar semelhanças e diferenças e assim poder verificar qual a influência desta ONG na CSW.

A partir dos anos 1990, o debate acerca da atuação de outros atores internacionais para além do Estado-nação cresceu enormemente. Muito se produziu desde então sobre atores

¹ Nas reuniões de revisão da Conferência de Beijing (1995) que ocorrem a cada cinco anos, os documentos finais não tomam a forma de “Conclusões Acordadas”. Em 2010 foi feita análise do relatório final da reunião e em 2015, da Declaração Política fruto da reunião daquele ano.

transnacionais não-estatais e sobre a atuação internacional de movimentos sociais. Como aponta Sidney Tarrow (2007), o aumento da relevância e do alcance desses atores não-estatais, dos quais as ONGs fazem parte, tem conexão com a nova onda da globalização e também com a mudança de estrutura da política internacional. O debate feminista, por sua vez, foi incorporado à disciplina das Relações Internacionais no final da década de 80, no que foi chamado de “terceiro debate” – como aponta Ann Tickner (1997).

Assim, o objeto de pesquisa do trabalho em questão tem relevância a partir do momento em que se propõe a problematizar questões ligadas à gênero, temática ainda muito pouco discutida na disciplina de Relações Internacionais - principalmente no Brasil. Além disso, trata do tema a partir de uma visão não-estadocêntrica, admitindo ONGs como atores relevantes a serem estudados, ecoando a visão construtivista das relações internacionais de que atores e estrutura são co-construídos (NOGUEIRA; MESSARI, 2005). Como aponta Fred Halliday (1994),

A propagação de organizações de mulheres e campanhas que ultrapassam fronteiras desde a década de 60 é um notável exemplo de *transnacionalismo*. É um dos mais claros casos de atores não-estatais já que pode ser dito com segurança que mulheres como um grupo não retém o poder estatal em nenhum dos 190 países independentes do mundo. Este desenvolvimento é marcado tanto pela crescente internacionalização da organização e debate sobre questões ligadas às mulheres quanto pela combinação da mobilização em relação a essas questões com questões internacionais mais convencionais. (HALLIDAY, 1994, p. 156, tradução e grifo nosso).²

A análise da atuação da FEIM na CSW está inserida no contexto maior da discussão sobre igualdade de gênero e os direitos das mulheres no âmbito da ONU. Também está incluída no debate acerca do papel das ONGs no sistema internacional. Dessa maneira, neste trabalho será compreendido que ONGs são organizações que não são governamentais e introduzem novas ideias ao debate, fornecem informações e buscam influenciar a formulação de políticas, no âmbito nacional e internacional (KECK; SIKKINK, 1998). Para o propósito desta pesquisa, o foco será a atuação internacional destas organizações, uma vez que na arena internacional estão inseridas nas chamadas “redes de advocacia internacional”, segundo nomenclatura de Keck e Sikkink (1998).

² No original: “The spread of women's organizations and campaigns across frontiers since the late 1960s is a striking example of transnationalism. Here is one of the clearest cases of *non-state* actors since, it can reliably be reported, women as a group do not hold state power in any of the 190 independent countries in the world. This development is marked by both the growing transnationalism of organization and debate on women's issues and by the combination of mobilization on women's questions with action on other, more conventionally international questions.” (HALLIDAY, 1994, p. 156)

Dois procedimentos principais foram empregados nesta pesquisa. O primeiro foi a análise qualitativa de documentos. Foram analisadas as declarações da FEIM mencionadas anteriormente, bem como os documentos finais resultantes desses encontros anuais. Primeiramente, foi verificado se as questões levantadas nas declarações submetidas em cada ano estavam de acordo com a temática prioritária da reunião do mesmo ano. Em um segundo momento, identificou-se as principais recomendações contidas em cada declaração submetida pela FEIM, e observou-se se estas foram englobadas pelos documentos finais das reuniões.

Assim, pretendeu-se comparar o teor desses documentos para identificar se os temas e preocupações levantadas pela Fundación para Estudio e Investigación de la Mujer (FEIM) convergem com o conteúdo dos documentos finais produzidos pela Comissão sobre o Status da Mulher (CSW). Todos os documentos referentes aos encontros da Comissão sobre o Status da Mulher estão disponíveis no site da UN Women (ONU Mulheres).

O segundo procedimento foi a revisão bibliográfica, que serviu de apoio para introduzir o debate acerca da atuação de atores transnacionais não-estatais e da evolução da participação desses atores no sistema internacional, inclusive em Conferências Internacionais organizadas pela ONU nos anos 1990 e em especial na IV Conferência Mundial Sobre a Mulher (Beijing, 1995). Também nos apoiamos na revisão bibliográfica para apresentar a abordagem teórica utilizada no trabalho e traçar um histórico dos direitos das mulheres na agenda da ONU.

O trabalho se divide em três capítulos, além da introdução e da conclusão. No primeiro capítulo, é apresentada a abordagem teórica sobre a qual o trabalho se sustenta. Na primeira seção, discute-se a utilidade de utilizar gênero como categoria de análise e identifica-se os principais pressupostos da teoria feminista das relações internacionais. Na segunda seção, é feito o mesmo com a teoria construtivista, ressaltando os elementos desta teoria que favorecem a compreensão da atuação de atores não-estatais nas relações internacionais.

No segundo capítulo, é traçado o histórico da evolução dos direitos das mulheres no sistema ONU. Na primeira sessão, é discutida a institucionalização de organismos da ONU que tratam dos direitos das mulheres e da busca pela igualdade de gênero, centrando a análise na criação da Comissão sobre o Status da Mulher (CSW) do Conselho Econômico e Social (ECOSOC). Na segunda seção, apresenta-se e discute-se os avanços obtidos na promoção desses direitos, na década de 1990, especialmente durante a sequência de conferências que ficaram conhecidas como “Agenda Social” da ONU. Como ressalta Alves (2001), essas conferências

evidenciam o cenário internacional em que os Estados não são mais os únicos atores importantes e em que atores não-estatais têm importância crucial, se afirmando nesse período.

No terceiro capítulo, parte-se para a análise dos documentos do período de 2009 à 2017, buscando verificar se as temáticas trazidas pela FEIM em suas declarações convergem com os resultados dos debates anuais da CSW na época. Para isso, a primeira seção apresenta a ONG, seus objetivos e métodos de trabalho, e na segunda seção são analisadas as declarações submetidas pela ONG ano a ano e é feita uma comparação com os resultados finais da reunião, também anualmente. Por fim, na conclusão, são feitas considerações afim de responder o problema de pesquisa.

2 ABORDAGEM TEÓRICA

Este capítulo tem como objetivo fornecer um embasamento teórico para sustentar a análise sobre a atuação de ONGs em organizações internacionais e sobre a ONG selecionada para o presente estudo, a Fundación para Estudio e Investigación de la Mujer (FEIM). Assim, num primeiro momento é discutida a utilização de gênero como categoria de análise e suas implicações na disciplina de Relações Internacionais. Em seguida, apresenta-se a teoria construtivista e sua utilidade para explicar a participação de atores não governamentais na política internacional. Por fim, é discutido o papel das ONGs no sistema internacional, principalmente tratando-se de formas transnacionais de ativismo.

2.1 GÊNERO: CATEGORIA DE ANÁLISE E IMPLICAÇÕES NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Para melhor compreender-se os objetivos das organizações que serão analisadas neste trabalho, se torna necessário entender como a incorporação de gênero como categoria de análise influenciou o debate nos mais diferentes campos das ciências sociais, especialmente na disciplina de Relações Internacionais. Como aponta Joan Scott (1986), na sua utilização mais recente a palavra “gênero” apareceu inicialmente entre as feministas norte-americanas, insistindo na construção social das distinções baseadas no sexo, em oposição ao determinismo biológico.

Dessa maneira, embora a teoria feminista não seja homogênea, falando-se inclusive em “feminismos” (HARDING, 1987, p. 7), pode-se dizer que “[...] a preocupação principal da teoria feminista é explicar a subordinação da mulher, ou a assimetria injustificada entre as posições sociais e econômicas de homens e mulheres, e buscar prescrições para acabá-la.”³ (TICKNER, 2001, p. 11, tradução nossa). Para isso, utilizam gênero como categoria de análise, partindo do pressuposto de que “[...] gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado em diferenças percebidas entre os sexos, e gênero é uma maneira primária de significar relações de poder [...]” (SCOTT, 1986, p. 1067, tradução nossa). Joan Scott (1986) destaca ainda que gênero é um campo em que e através do qual o poder é articulado, dando significado à várias formas de

³ No original: “The key concern for feminist theory is to explain women’s subordination, or the unjustified asymmetry between women’s and men’s social and economic positions, and to seek prescriptions for ending it.” (TICKNER, 2001, p. 11).

interação humana, sendo tanto determinado pela sociedade como fator determinante dela, assim como constrói e é construído pela política.

Como consequência, passa-se a analisar as interações sociais e a vida social, objeto de estudo das ciências sociais, prestando atenção no papel que o gênero tem na construção da sociedade e principalmente dos papéis sociais atribuídos aos homens e às mulheres. Nas palavras de Sandra Harding,

[...] a vida social ‘*generificada*’ é produzida através de três processos distintos: é o resultado da atribuição de metáforas de gênero dualísticas à várias dicotomias percebidas, que raramente tem relação com diferenças de sexo; é a consequência de apelar a esses dualismos de gênero para organizar a vida social e de dividir atividades sociais entre diferentes grupos de humanos; é uma forma de identidade individual socialmente construída, apenas imperfeitamente correlacionada com a “realidade” ou a percepção de diferenças de sexo. (HARDING, 1986, p. 17-18, tradução e grifo nosso)⁴

Assim, é possível observar a emergência, nas ciências sociais, de análises que levam em conta essa variável ao empreender a pesquisa, criando uma diferença entre o feminismo militante e a abordagem teórica feminista, na academia. Na disciplina de Relações Internacionais, a teoria feminista foi incorporada tardiamente, se comparada a outras. Não é coincidência que foi justamente em um contexto de contestação das bases epistemológicas da disciplina, que caracterizou o chamado “Terceiro Debate” das Relações Internacionais nos anos 1980, que a crítica feminista foi incorporada à disciplina (TICKNER, 2001).

A teoria feminista nas Relações Internacionais muitas vezes é associada, então, com a “era pós-positivista” - se usarmos o termo proposto por Yosef Lapid (1989) – embora nem todas as autoras estejam ligadas à tradição pós-positivista. Para o propósito deste trabalho, o aspecto relevante da crítica epistemológica feita pela teoria feminista é o esforço de trazer à tona as fundações “generificadas” das teorias e práticas da política internacional, questionando sua suposta neutralidade em relação ao gênero (TICKNER, 2001). Como aponta Sandra Whitworth,

A teoria e prática das relações internacionais sempre foi “*generificada*”, e as instituições econômicas e políticas contém, afetam e são afetadas por entendimentos de gênero. Sugerir que não são, insinuando algum tipo de neutralidade sobre a questão de gênero,

⁴ No original: “[...] gendered social life is produced through three distinct processes: it is the result of assigning dualistic gender metaphors to various perceived dichotomies that rarely have anything to do with sex differences; it is the consequence of appealing to these gender dualisms to organize social activity, of dividing necessary social activities between different groups of humans; it is a form of socially constructed individual identity only imperfectly correlated with either the “reality” or the perception of sex differences.” (HARDING, 1986, p. 17-18).

só serve para sustentar as relações de poder embutidas nesse tipo de silenciamento dentro das relações internacionais. (WHITWORTH, 1989, p. 266, tradução e grifo nosso)⁵.

De maneira semelhante, Cynthia Enloe (2014) ressalta a importância de investigar o funcionamento “genericado” da política internacional, expondo relações de poder (poder em todas suas formas, inclusive diferenças de poder baseadas em gênero) antes escondidas atrás do objetivismo e suposta neutralidade científica. A autora também salienta a crucialidade de empreender análises que não caem na dicotomia da suposta “vítima” – a mulher - em oposição ao “agente empoderado” – o homem. É importante ter em mente, como aponta Enloe (2014), que reconhecer e evidenciar a assimetria de poder não significa dizer que mulheres não tenham poder ou que não sejam agentes.

Além de propor uma nova epistemologia para temas que já estavam na agenda da disciplina de Relações Internacionais - segurança, por exemplo - o debate feminista também incorporou novos problemas de pesquisa à agenda. Para citar alguns exemplos advindos da área de economia política internacional, é possível dizer que “feministas focam mais frequentemente na desigualdade econômica, nas populações marginalizadas, na crescente feminização da pobreza e na justiça econômica, particularmente no contexto de relações Norte/Sul.”⁶ (TICKNER, 2001, p. 4, tradução nossa).

Analisando-se a Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, ocorrida em 1995 na cidade de Pequim, é possível observar uma convergência enorme entre as preocupações mencionadas nela e os problemas de pesquisa da corrente feminista das Relações Internacionais. A Declaração em si e sua importância na atualidade serão discutidas mais a fundo nos próximos capítulos, mas é interessante apontar algumas das preocupações que ela expressa na seção “Contexto Mundial” justamente para deixar explícita a razão de se adotar uma abordagem teórica feminista:

A indigência e a feminização da pobreza, o desemprego, a crescente fragilidade do meio ambiente, a contínua violência contra a mulher e a exclusão generalizada de metade da

⁵ No original: “The Theory and practice of international relations have always been gendered, and that international economic and political institutions contain, affect and are affected by understandings of gender. To suggest that they are not, by implying some sort of gender neutrality, only serves to sustain the power relations embedded in this sort of silencing within international relations.” (WHITWORTH, 1989, p. 266)

⁶ No original: “Feminists more often focus on economic inequality, marginalized populations, the growing feminization of poverty and economic justice, particularly in the context of North/South relations.” (TICKNER, 2001, p. 4).

humanidade das instituições de poder e autoridade colocam em destaque a necessidade de continuar lutando para conseguir o desenvolvimento, a paz, a segurança, e para encontrar soluções que permitam alcançar um desenvolvimento sustentável, centrado nas pessoas. A participação na tomada de decisões pela metade da humanidade composta pelas mulheres é fundamental para conquistar esse objetivo. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU, 1995, p. 157).

Fica evidente a importância de uma abordagem teórica que ajude a lançar luz sobre as estruturas de poder baseadas em gênero, para melhor compreender-se a desigualdade econômica e política das mulheres no contexto mundial (motivo de preocupação tanto na época da Declaração supracitada quanto nos dias atuais). Fica clara também a necessidade de afastar da análise a oposição criada entre os assuntos considerados “privados” ou “domésticos” – palavras frequentemente associadas às pautas feministas - e aqueles considerados de importância pública, os assuntos “significativos” da segurança, estabilidade e dívida – a “alta política”, predominantemente masculina. Tem-se assim a visão de que questões de gênero não fazem parte apenas da esfera privada, mas também da política internacional (ENLOE, 2014).

Assim, é seguro dizer que dentro da literatura feminista das Relações Internacionais, “[...] a maioria é comprometida com a noção de construção social, embora com base em diversas orientações teóricas e empíricas” (LOCHER; PRÜGL, 2001, p. 115, tradução nossa)⁷. A partir disso, é possível observar porque as autoras acreditam que “[...] um diálogo entre o feminismo e o construtivismo é importante porque as duas abordagens se complementam e combinadas podem fornecer um melhor entendimento teórico e empírico do mundo.” (LOCHER; PRÜGL, 2001, p. 113, tradução nossa).⁸

2.2 TEORIA CONSTRUTIVISTA

De maneira semelhante à teoria feminista das relações internacionais, apresentada anteriormente, a teoria construtivista emerge no Terceiro Debate da disciplina, ganhando maior destaque após o fim da Guerra Fria. Há quem diga que é uma “expansão” da teoria crítica, por compartilhar das críticas ontológicas, epistemológicas e metodológicas ao *mainstream*, ou às

⁷ No original: “[...] Yet, while feminist IR scholars share a (sometimes vague) commitment to the field of international relations, most are committed to the notion of social construction, albeit on the basis of diverse theoretical and empirical orientations.” (LOCHER; PRÜGL, 2001, p. 115)

⁸ No original: “[...] a dialogue between feminism and constructivism is important because the two approaches add to each other and in combination can yield better theoretical and empirical understandings of the world.” (LOCHER; PRÜGL, 2001, p. 113)

chamadas teorias racionalistas - ou seja, as teorias neo-realistas e neo-liberais. O fato é que no momento do término do conflito bipolar, as análises construtivistas obtiveram maior destaque justamente por oferecer uma alternativa explicativa ao *mainstream* (REUS-SMIT, 2005).

Também como as feministas, os construtivistas não constituem um corpo homogêneo de pensamento. Apesar disso, é possível dizer que todos eles buscaram explorar e articular três principais proposições ontológicas sobre a vida social, que alegam agregar mais ao estudo da política internacional que as proposições dos “racionalistas”. Primeiramente, colocam que uma vez que admite-se que estruturas moldam os comportamentos de atores políticos (estatais ou não), as estruturas normativas e ideacionais são tão importantes quanto estruturas materiais. Assim, defendem que estruturas de ideias compartilhadas, valores e crenças têm uma forte influência na ação social e política. Segundo, argumentam que entender como estruturas imateriais condicionam as identidades dos atores é importante porque identidades nos informam sobre interesses, e interesses motivam ações. Por fim, alegam que agentes e estruturas são mutualmente construídos (REUS-SMIT, 2005).

A partir dessas proposições ontológicas, pode-se depreender que o construtivismo tem como premissa central que o mundo é construído, não predeterminado. Nas palavras de Messari e Nogueira (2005), “os construtivistas negam a antecedência ontológica tanto aos agentes quanto à estrutura, e afirmam que ambos são co-estruturados” (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 163). Locher e Prügl (2001) falam em uma “ontologia do tornar-se” (ou *ontology of becoming*, no original), pois os construtivistas “descrevem o mundo não como um que *é*, mas um que *está no processo de se tornar*; eles substituem uma ontologia “posicional” por uma “transformacional”⁹ (LOCHER; PRÜGL, 2001, p. 114, tradução e grifo nosso).

Conseguimos sintetizar, então, o que a maioria (se não todos) os construtivistas têm em comum. Para o propósito deste trabalho, não é necessário se ater às diferenças que as diversas “correntes” do construtivismo tem entre si; é mais interessante focar no que elas têm em comum. Fazendo uma análise dos mesmos aspectos ontológicos apresentados até aqui, Sidney Tarrow (2007) aponta que “a partir da identificação das normas e identidades que atravessam fronteiras de Estados, foi um curto passo para o foco ir para o papel de atores não-estatais na política

⁹ No original: “Constructivists describe the world not as one that is, but as one that is in the process of becoming; they replace a ‘positional’ with a ‘transformational’ ontology.” (LOCHER; PRÜGL, 2001, p. 114).

transnacional”¹⁰ (TARROW, 2007; p. 22, tradução nossa). Como ressaltam Locher e Prügl (2001), “escapando do estadocentrismo neo-realista, construtivistas focaram extensivamente em atores não-estatais. Por exemplo, alguns analisaram organizações não-governamentais (ONGs) locais, nacionais e transnacionais lutando pelos direitos humanos” (LOCHER; PRÜGL, 2001, p. 124, tradução nossa).¹¹

Uma vez que será estudada a atuação de uma ONG - a FEIM - em uma organização internacional, é patente levar em conta não só que atores sociais como as ONGs são relevantes nas relações internacionais, mas que também fazem parte desse processo de construção das normas internacionais (cristalizadas, no caso, na Comissão sobre o Status da Mulher), além de também sofrerem influência dessas organizações (levando para o país de origem reflexões e decisões concebidas originalmente em fóruns internacionais). Em outras palavras, as ONGs também produzem e reproduzem valores e normas que serão seguidas em diferentes locais.

Tratando-se do ativismo internacional, então, podemos aproveitar o *insight* de Keohane e Nye (1971) quando observam que relações intersociais têm importância política e muitas vezes ocorrem sem o controle do Estado. Esses autores oferecem a seguinte definição de “interações transnacionais”: “[...] ‘interações transnacionais’ é nosso termo para descrever o movimento de itens tangíveis ou intangíveis através dos limites do Estado quando pelo menos um dos atores não é um agente de um governo ou de uma organização intergovernamental” (KEOHANE; NYE, 1971, p. 331, tradução nossa).¹²

Mesmo não fazendo parte do corpo teórico construtivista, pode ser útil aproveitar alguns *insights* fornecidos por esses autores, uma vez que foram precursores no reconhecimento da influência de atores não-estatais nas relações internacionais. É o que ressalta Sidney Tarrow (2007) ao apontar que estes contribuíram para uma visão mais pluralista da política internacional, lançando as bases para abordagens desenvolvidas futuramente.

Incorporando esses *insights* mas atendo-se ao núcleo construtivista, é possível ver que as abordagens construtivistas e feministas, combinadas, se tornam uma forte ferramenta explicativa.

¹⁰ No original: “From identifying norms and identities that cross state lines, it was a short step to a focus on the role of nonstate actors in transnational politics.” (TARROW, 2007; p. 22).

¹¹ No original: “Breaking away from (neo-)realist state-centrism, constructivists have focused extensively on nonstate actors. For example, some have researched local, national, and transnational nongovernmental organizations (NGOs) fighting for human rights.” (LOCHER; PRÜGL, 2001, p. 124).

¹² No original: “[...] ‘transnational interactions’ is our term to describe the movement of tangible or intangible items across state boundaries when at least one actor is not an agent of a government or an intergovernmental organization” (KEOHANE; NYE, 1971, p. 331).

Ao combinar os aspectos construtivistas de co-construção dos agentes e da estrutura e a influência das ideias na ação política com a preocupação feminista de explicar o poder em sua miríade de formas, inclusive na esfera que envolve gênero, tem-se uma base teórica que sustenta a análise da atuação de ONGs que tratam de questões de gênero e sua inserção internacional e atuação transnacional. Ao exporem sua proposta de abordagem “construtivista-feminista”, Locher e Prügl (2001) apontam que

Essa posição insiste que agentes fazem a política mundial mas também considera que masculinidades e feminilidades são um efeito de tal política. Além disso, sugere que o foco na identidade não esgota as abordagens do feminismo construtivista das Relações Internacionais. Tais abordagens podem incluir também estudos de socialização, instituições, normas, e outros fenômenos atualmente sub-representados no estudo de gênero nas Relações Internacionais. (LOCHER; PRÜGL, 2001, p. 116, tradução nossa)¹³

Assim, nesse capítulo foi apresentado de qual maneira gênero é utilizado como categoria de análise nas ciências sociais e na teoria feminista das relações internacionais. Foram apresentadas as visões epistemológicas da teoria feminista e do construtivismo, divergentes do *mainstream*. Além disso, foram apresentadas as convergências da teoria feminista com a construtivista e sua possibilidade de complementariedade nas análises. Por fim, foi exposta a utilidade dessa abordagem para o estudo de ONGs e do ativismo transnacional.

¹³ No original: “This position insists that agents make world politics but also understands masculinities and femininities as an effect of such politics. It furthermore suggests that the focus on identity does not exhaust feminist constructivist approaches to IR. Such approaches can subsume as well studies of socialization, institutions, norms, and other social phenomena currently underrepresented in the study of gender in IR.” (LOCHER; PRÜGL, 2001, p. 116).

3 A EVOLUÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS DAS MULHERES NO SISTEMA ONU

Levando em conta o processo de globalização acelerada do final do século XX, passou-se a dar mais atenção à atuação internacional de ONGs. Como apontam John Boli e George Thomas (1999), houve um crescimento gigantesco no número de ONGs internacionais: a partir da análise do Anuário de Organizações Internacionais, publicado pela União de Associações Internacionais, o número de organizações desse tipo, de 200 registradas em 1900, passou para 400 em 1930 e quase 4000 em 1980. É seguro supor que atualmente esse número tenha aumentado mais ainda, e se considerarmos as ONGs regionais e nacionais com atuação internacional, o número será ainda maior.

No entanto, não é apenas em número que esse tipo de organização vem crescendo. Elas têm ganhado importância não só pela articulação internacional facilitada através da tecnologia da comunicação, mas também pela sua atividade e participação crescente em organizações internacionais e fóruns multilaterais. No sistema ONU, por exemplo, o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) concede status consultivo à diversas ONGs, que tratam das mais variadas questões, podendo elas participar das reuniões relacionadas à temática de sua especialização.

A resolução 1996/31 do ECOSOC, que dispõe sobre a elegibilidade e as obrigações das ONGs com status consultivo, reconhece em seu preâmbulo a “[...] abrangência do conhecimento das organizações não-governamentais e sua capacidade de auxiliar o trabalho das Nações Unidas” (UNITED NATIONS ECONOMIC AND SOCIAL COUNCIL - ECOSOC, 1996b, tradução nossa)¹, além de levar em conta “[...] as mudanças no setor não-governamental, incluindo a emergência de um grande número de organizações nacionais e regionais” (ECOSOC, 1996b; tradução nossa).² A questão do status consultivo será retomada com mais profundidade no próximo capítulo, mas é relevante notar que o ganho de importância das ONGs é reconhecido formalmente, ainda que estas não tenham o mesmo poder de decisão dos Estados-membro.

¹ No original: “Acknowledging the breadth of non-governmental organizations' expertise and the capacity of non-governmental organizations to support the work of the United Nations.” (UNITED NATIONS ECONOMIC AND SOCIAL COUNCIL - ECOSOC, 1996b)

² No original: “[...] Taking into account the changes in the non-governmental sector, including the emergence of a large number of national and regional organizations [...]” (ECOSOC, 1996b).

Assim, neste capítulo será feita uma análise histórica da atuação de organizações não-governamentais no sistema internacional, discutindo sua relevância no passado e nos dias de hoje. Mais especificamente, será discutida a formação de redes de ativismo de mulheres, também numa perspectiva histórica, para podermos entender a atuação de ONGs que tem como temática de preocupação os direitos das mulheres, tendo como objetivo último, no capítulo seguinte, analisar a atuação da ONG Fundación para Estudio e Investigación de la Mujer (FEIM). Além disso, será discutido o papel das conferências relacionadas à chamada “Agenda Social” da ONU nos anos 1990, muito relacionada à promoção dos direitos humanos em geral e, mais especificamente, dos direitos das mulheres. Por fim, serão apresentadas reflexões acerca da participação das ONGs e a influência das conferências dos anos 1990 nas discussões posteriores empreendidas no âmbito da Comissão sobre o Status da Mulher, da ECOSOC.

3.1 A CRIAÇÃO DA COMISSÃO SOBRE O STATUS DA MULHER (CSW) E SUA ATUAÇÃO ATÉ A DÉCADA DE 1980

O fato de mulheres reunirem-se em torno de uma mesma causa e organizarem-se para a obtenção de direitos não é novidade na história: é possível citar exemplos desde a época escravocrata, em que mulheres norte-americanas e inglesas estabeleceram uma rede de comunicação para articular a luta abolicionista nos Estados Unidos, bem como a luta pelo sufrágio em vários países do mundo (e em momentos diferentes da história) se deu através de intensa articulação de mulheres (KECK; SIKKINK, 1998). Além disso, a organização das mulheres e a luta por direitos não foi exclusividade do Ocidente. Fala-se de movimentos desse tipo na Rússia, por exemplo, já em 1850, com a formação de organizações e publicações inaugurais de mulheres. A luta pela obtenção de direitos através da organização das mulheres continuou sob diversas formas ao longo do século XX e ao longo das diversas transformações sofridas na URSS, inclusive no período revolucionário (SCHNEIDER, 2017).

Aqui será traçado um histórico, em período mais recente, da institucionalização, no âmbito das Nações Unidas, de organismos que tem como objetivo a discussão sobre (e mais que isso, a garantia dos) direitos das mulheres, ressaltando a importância de movimentos de rede e organizações não-governamentais. Para isso, é interessante observarmos como a questão da igualdade e da não-discriminação das mulheres foi tratada na Conferência das Nações Unidas

sobre Organização Internacional (UNCIO, na sigla em inglês), ocorrida em 1945 na cidade de São Francisco e da qual resultou a Carta das Nações Unidas. Nessa Conferência, representantes de grupos de mulheres se limitaram ao papel secundário de fazer *lobby* e buscar influenciar delegados. Ficou a cargo das delegadas presentes, em muitos casos ligadas à movimentos de mulheres em seus respectivos países de origem, introduzir a questão dos direitos das mulheres como alta prioridade (STIENSTRA, 1994). De acordo com Stienstra (1994), questões relacionadas à gênero entraram na agenda da Conferência das Nações Unidas sobre Organização Internacional em quatro áreas:

[...] discussões sobre o parágrafo preambular que reafirma os direitos iguais de mulheres e homens; diversas cláusulas que falam da necessidade de aplicação de direitos e liberdades sem distinções baseadas em sexo; o Artigo 8 da Carta, lidando com os órgãos das Nações Unidas, que afirma a elegibilidade de homens e mulheres para posições na ONU; e a discussão sobre o estabelecimento de uma comissão sobre o status das mulheres. (STIENSTRA, 1994, p. 78; tradução nossa)³

Os principais pontos de conflito giravam em torno da necessidade de mencionar, especificamente, a igualdade de gênero, ao invés de incluir apenas a questão da promoção da igualdade e deixar subentendido que a questão de gênero está incluída. Enquanto várias delegadas defendiam a necessidade de utilização de uma linguagem que explicitasse a importância de buscar a igualdade entre homens e mulheres, e não apenas uma igualdade genérica, os opositores argumentavam que a igualdade de gênero já estaria contemplada pela Carta das Nações Unidas, já que esta teria enfatizado suficientemente a questão da igualdade sob todas as perspectivas. Por fim, pode-se considerar que houve uma vitória do primeiro ponto de vista, principalmente se levarmos em conta a aprovação do Artigo 8 expressando o comprometimento da ONU na representação igual de homens e mulheres em sua equipe (STIENSTRA, 1994).

No que tange à criação de uma comissão sobre o status das mulheres, a discussão se deu por haver dúvida se a questão se enquadraria melhor estando sob responsabilidade da Comissão para os Direitos Humanos (CHR, na sigla em inglês) ou se a criação de uma comissão especial

³ No original: “[...] discussions of the preambular paragraph that reaffirms the equal rights of women and men; several clauses that call for the application of rights and freedoms without distinction on the basis of sex; Article 8 of the charter, dealing with organs of the United Nations, which affirms the equal eligibility of women and men for positions in the UN; and discussions on the establishment of a commission on the status of women.” (STIENSTRA, 1994, p. 78)

seria justificada. Nada ficou decidido durante a UNCIO a esse respeito. Foi durante a primeira reunião do ECOSOC que foi estabelecida uma subcomissão sobre o status da mulher, sob os auspícios da CHR (STIENSTRA, 1994).

Após muita discussão, em 21 de junho de 1946 foi concedido à subcomissão o status de comissão plena, passando a ser conhecida a partir de então como Comissão sobre o Status da Mulher (CSW), como resultado da resolução 11(II) do ECOSOC. De acordo com essa resolução, as funções da CSW seriam de:

[...] preparar recomendações e relatórios para o Conselho Econômico e Social sobre a promoção dos direitos das mulheres no campo político, econômico, social e educacional. A Comissão deve também fazer recomendações para o Conselho sobre problemas urgentes que requerem atenção imediata no campo do direito das mulheres. (UNITED NATIONS ECONOMIC AND SOCIAL COUNCIL - ECOSOC, 1946, p. 525, tradução nossa)⁴

Como destaca Stienstra (1994), ainda durante as discussões sobre a formação da comissão, esses tópicos foram melhor definidos:

Questões políticas foram definidas como participação igual no governo e todos os direitos à cidadania; questões civis incorporaram casamento, guarda das crianças, nacionalidade e propriedade; questões sociais e econômicas se limitaram à prostituição e à legislação que protege trabalhadoras mulheres; e educação foi definida como oportunidades iguais na educação em todos os níveis. (STIENSTRA, 1994, p. 82, tradução nossa)⁵

Dessa maneira, podemos observar a importância da formação de uma comissão que se ocupe exclusivamente desses tópicos. Ainda assim, esse foi apenas o primeiro passo na luta pela inclusão dos direitos da mulher como preocupação destacada. Como enfatiza Stienstra (1994), “entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial grupos internacionais de mulheres tentaram definir amplamente as preocupações das mulheres no contexto de uma organização internacional, apenas

⁴ No original: “[...] to prepare recommendations and reports to the Economic and Social Council on promoting women’s right in political, economic, social and educacional fields. The Comission shall also make recommendations to the Council on urgent problems requiring immediate attention in the field of women’s rights.” (UNITED NATIONS ECONOMIC AND SOCIAL COUNCIL – ECOSOC, 1946).

⁵ No original: “Political issues were defined as equal participation in government and all the rights of citizenship; civil issues incorporated marriage, guardianship of children, nationality and property; social and economic issues were limited to prostitution and protective legislation for women workers; and education was defined as equal opportunities in education at all levels.” (STIENSTRA, 1994, p. 82).

para ter essa definição desafiada e institucionalizada com um foco estreito” (STIENSTRA, 1994, p. 89, tradução nossa).⁶

Nos anos entre a criação da Comissão sobre o Status da Mulher (CSW) e os anos 1970, as pessoas envolvidas com a Comissão, incluindo grupos de mulheres que tinham status consultivo no âmbito do ECOSOC, continuaram a pressionar pela aprovação de convenções e declarações sobre os direitos políticos e sociais das mulheres. Os esforços empreendidos renderam frutos, dentre os quais podemos citar os seguintes:

Entre 1949 e 1959, a Comissão elaborou a Convenção sobre Direitos Políticos das Mulheres, adotada pela Assembleia Geral em 20 de Dezembro de 1952, a Convenção sobre a Nacionalidade de Mulheres Casadas, adotada pela Assembleia em 29 de janeiro de 1957, a Convenção sobre Casamento Consentido, Idade Mínima para Casamento e Registro de Casamentos adotada em 7 de novembro de 1962, e a Recomendação sobre Consentimento no casamento Idade Mínima para Casamento e Registro de Casamentos adotada em 1 de novembro de 1965. Cada um desses tratados protegeram e promoveram os direitos das mulheres em áreas nas quais a Comissão considerou que esses direitos eram particularmente vulneráveis. (UN WOMEN, 2017a, tradução nossa).⁷

Nas décadas de 1970 e 1990, os movimentos internacionais de mulheres continuaram organizando-se em torno de questões pertinentes no contexto internacional da época, como a crise da dívida, a prostituição e a divisão internacional do trabalho baseado em gênero. Observou-se a continuidade da atividade de grupos já estabelecidas e envolvidos com o sistema ONU, que foram capazes de impulsionar a campanha para o “Ano Internacional da Mulher” no âmbito da ONU, além de ajudar na organização da Década das Nações Unidas para a Mulher (United Nations Decade for Women, no original em inglês), centro da atividade internacional sobre os direitos das mulheres entre 1975 e 1985. Além disso, diversas novas organizações e movimentos de mulheres surgiram na época, principalmente no Terceiro Mundo (STIENSTRA, 1994).

O estabelecimento do Ano Internacional da Mulher, em 1975, bem como da Década das Nações Unidas para a Mulher, declarada no mesmo ano (compreendendo o intervalo de 1976 à

⁶ No original: “Between the First and Second World Wars international women's groups attempted to define very broadly women's concerns in the context of an international organization, only to have that definition challenged and institutionalized with a narrow focus.” (STIENSTRA, 1994, p. 89)

⁷ No original: “Between 1949 and 1959, the Commission elaborated the Convention on the Political Rights of Women, adopted by the General Assembly on 20 December 1952, the Convention on the Nationality of Married Women, adopted by the Assembly on 29 January 1957, the Convention on Consent to Marriage, Minimum Age for Marriage and Registration of Marriages adopted on 7 November 1962, and the Recommendation on Consent to Marriage, Minimum Age for Marriage and Registration of Marriages adopted on 1 November 1965. Each of these treaties protected and promoted the rights of women in areas in which the Commission considered such rights to be particularly vulnerable.” (UN WOMEN, 2017a).

1985), são apontados como sendo vitórias das organizações não-governamentais envolvidas na CSW (STIENSTRA, 1994). A Conferência Mundial sobre a Mulher (World Conference on Women, no original em inglês), realizada em 1975 na Cidade do México, marcou o início da Década para a Mulher e inaugurou uma sequência de encontros voltados para a discussão dos mais variados aspectos dos direitos das mulheres.

As reuniões que se seguiram, em Copenhague (1980) e Nairóbi (1985), ajudaram a conectar a rede internacional e emergente de mulheres, legitimando as questões que elas defendiam. O crescimento no papel dessas organizações não-governamentais internacionais ficou evidente na Conferência de Beijing (1995), onde foi registrado um número sem precedentes de representantes de ONGs de todo o mundo. É interessante observar o número crescente de conferências paralelas à oficial, nas quais as ONGs participavam ativamente, trocando experiências e formando conexões globais (KECK; SIKKINK, 1998).

Em se tratando de direitos humanos e direitos das mulheres nesse período, também não podemos deixar de mencionar a Declaração para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher. Fruto do trabalho da CSW e adotada em 1967, essa Declaração foi preparada para se tornar a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW, na sigla em inglês), adotada em 1979, entrando em vigor em 1981 (KECK; SIKKINK, 1998). Para os propósitos da Convenção, discriminação

[...] significará toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU, 1979)

Embora tenha sido um importante passo no quadro regulatório internacional da proteção dos direitos das mulheres, a CEDAW não promoveu uma reflexão acerca da violência contra a mulher. Embora cite as palavras “igualdade” e “discriminação” em quase todos os artigos, a Convenção não se refere nem uma única vez à violência contra a mulher. Segundo Keck e Sikkink (1998), esse fato reflete a diferença de prioridades das mulheres ocidentais e das mulheres do Terceiro Mundo. Acabou prevalecendo no sistema ONU, na época da conferência da Cidade do México (1975), a preocupação ocidental em relação à discriminação (KECK; SIKKINK, 1998).

Podemos observar que um longo caminho foi percorrido desde a criação da Comissão sobre o Status da Mulher, em 1946, e as décadas de 1970 e 1980, em que uma grande atenção foi dada à temática dos direitos das mulheres. A tensão Norte-Sul começou a recuar em 1985, na conferência em Nairóbi, com a inclusão de recomendações mais substanciais no que concerne a violência contra a mulher (KECK; SIKKINK, 1998).

Assim, podemos entender melhor o caminho traçado até a Conferência de Beijing, em 1995, considerada um marco do final do século XX para os direitos das mulheres. Ela é realizada em um contexto de grandes conferências sociais, que ocorreram na década de 1990 com um curto intervalo de tempo entre elas. Como apontam Jussara Prá e Léa Epping (2012), os esforços de criação de instrumentos de proteção dos direitos humanos reforçaram as lutas pela expansão da cidadania feminina, sendo que durante a “Agenda Social” da ONU (como ficou conhecida a sequência de grandes conferências da década de 1990, seus componentes principais incluíam o protagonismo de atores sociais.

3.2 A “AGENDA SOCIAL” DA ONU DOS ANOS 1990

A década de 1990 pode ser considerada uma década de otimismo, por ter sido a década após o fim da União Soviética em que os países ocidentais acreditaram estarem vivendo uma “onda democratizante”. Em algumas regiões do mundo, como na América Latina, a redemocratização era uma realidade, havendo um fortalecimento das sociedades civis. Longe de confirmar a teoria de “fim da história”, de Francis Fukuyama, a década de 1990 se mostrou uma época em que também houve conflitos e violações de direitos humanos em diversas partes do mundo. Nesse contexto, os “temas globais”, antes da alçada exclusiva das jurisdições nacionais, passam a ser objeto de discussão de uma série de grandes conferências multilaterais sob os auspícios da ONU (ALVES, 2001). Assim,

As grandes conferências da década de 1990 procuraram abordar os múltiplos fatores dos respectivos temas em suas interconexões, inserindo o local no nacional e este no internacional, com atenção para as condições físicas e humanas do espaço em que se concretizam. Corroboraram, dessa forma, a percepção de que certos assuntos vitais são, agora mais do que nunca, inquestionavelmente globais, exigindo tratamento coletivo e colaboração universal. Para tanto, recorreram não somente aos governos, mas a agentes sociais diversificados, na formulação das propostas. (ALVES, 2001, p. 34)

Tanto o fato de terem recorrido a agentes sociais diversificados, em uma escala sem precedentes, quanto o tratamento das temáticas de maneira interconectada e multidisciplinar, fizeram dessas conferências um ponto de inflexão nas discussões multilaterais internacionais. São consideradas parte da chamada “Agenda Social” a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992 (mais conhecida como Eco 92 ou Rio-92), a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo em 1994, a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social, realizada em Copenhague em 1995, a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing em 1995 e a Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (mais conhecida como Habitat-II), realizada em Istambul em 1996. Ademais, Alves (2001) aponta que a Cúpula Mundial sobre a Criança, realizada em paralelo à Assembleia Geral no ano de 1990, foi uma experiência precursora no campo social.

Além destas, pode-se citar a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, realizada em Viena em 1993. Podemos considerar que ela foi a “[...] ponte entre todos esses eventos maiores da diplomacia multilateral nos anos 90, fornecendo-lhes natureza antropocêntrica [...]” (ALVES, 2001, p. 37). Assim, embora versem sobre temáticas variadas, pode-se observar um tratamento evolutivo e cumulativo das questões, uma vez que levavam em consideração resoluções e debates ocorridos nas conferências anteriores. Como o objeto de estudo deste trabalho é a atuação de uma ONG que tem como preocupação os direitos das mulheres no âmbito da CSW, a conferência mais relevante a ser analisada é a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing em 1995.⁸ Dessa maneira, as outras conferências serão evocadas na medida em que tratam dos assuntos que contribuíram diretamente para o debate na Conferência de Beijing e para a proteção dos direitos das mulheres.

A Declaração e a Plataforma de Ação de Beijing, resultantes da Conferência de Beijing, são considerados documentos chave para a elaboração de políticas globais para promoção da igualdade de gênero. A própria ONU aponta 12 áreas críticas de preocupação nesses documentos: mulheres e pobreza; educação e treinamento de mulheres; saúde; violência contra a mulher; mulheres e conflitos armados; mulheres e economia; mulheres no poder e tomada de decisão; mecanismo institucional para o avanço das mulheres; direitos humanos das mulheres; mulheres na mídia; mulheres e o meio ambiente; e as meninas (UN WOMEN, 2017b).

⁸ Nos referiremos a esta conferência a partir daqui apenas como “Conferência de Beijing”.

No que podemos considerar como sendo a primeira conferência da “Agenda Social” da década, a Rio-92, foi desenvolvido o conceito de “desenvolvimento sustentável”. O que é interessante notar, como inovação, foi o reconhecimento, no Princípio 20 da Declaração, de que “as mulheres têm um papel vital no gerenciamento do meio ambiente e no desenvolvimento. Sua participação plena é, assim, essencial para se alcançar o desenvolvimento sustentável” (UNITED NATIONS - UN, 1992, tradução nossa)⁹. A noção de que a participação das mulheres é importante para o desenvolvimento sustentável perdurará ao longo das demais conferências da década, como veremos a seguir.

Na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, realizada em Viena (1993), além de reiterar a importância da promoção da igualdade entre homens e mulheres, retoma no segundo capítulo da Declaração e Programa de Ação¹⁰, artigo 36, os objetivos estabelecidos na Declaração da Rio 92, salientando a importância do papel das mulheres como beneficiárias e agentes do processo de desenvolvimento. O grande avanço conseguido na Conferência, no entanto, foi a inclusão dos direitos das mulheres como parte integral das atividades da agenda de direitos humanos da ONU. No capítulo I, artigo 18, a Declaração menciona que a participação plena e igual das mulheres em todos os âmbitos da vida social, política, cultural e econômica deve ser prioridade da comunidade internacional, e que a violência baseada em gênero deve ser eliminada pois é incompatível com a promoção da dignidade e da valorização da pessoa humana (UN, 1993).

Outra conferência crucial para o avanço do reconhecimento dos direitos das mulheres foi a Conferência do Cairo sobre população e desenvolvimento, ocorrida em 1993. Na Declaração e Programa de Ação resultante dessa conferência, são retomados novamente temas relacionados ao desenvolvimento sustentável e aos direitos humanos. No entanto, o aspecto que marca a evolução do marco institucional dos direitos das mulheres nessa Conferência é o artigo 6º da sua Declaração, no qual o aborto é formalmente reconhecido como problema de saúde pública para mulheres em todo o mundo (UN, 1994). O artigo 7º, continuando na mesma linha, ressalta que

⁹ No original: “Women have a vital role in environmental management and development. Their full participation is therefore essential to achieve sustainable development.” (UNITED NATIONS - UN, 1992)

¹⁰ Os documentos dessas conferências são compostos geralmente por uma Declaração, mais concisa, de fácil leitura e divulgação, e uma Plataforma de Ação (ou documento semelhante), com escopo maior e que cobre as mais diversas questões relacionados à temática da Conferência. A Declaração geralmente é uma versão que contém os principais pontos da Plataforma de Ação.

O empoderamento¹¹ das mulheres e a melhoria do seu status político, social, econômico e de saúde é de extrema importância e um fim em si mesmo. Nós acreditamos que o desenvolvimento humano não pode se sustentar a menos que sejam garantidos direitos iguais e status igual ao dos homens. Nesse processo, as mulheres devem ser vistas não somente como meras beneficiárias da mudança mas como agentes dela. Isso implica em um aprimoramento da sua própria consciência de gênero (UN, 1994, tradução nossa).¹²

Ecoando a visão de Cynthia Enloe (2014) - exposta no primeiro capítulo – de que as mulheres não são seres passivos perante a política internacional, são também agentes, a Declaração do Cairo evidencia novamente a conexão entre promoção do status da mulher e o desenvolvimento. Partindo para uma análise mais profunda, através do Programa de Ação do Cairo, podemos observar também o estabelecimento de uma relação entre os direitos reprodutivos da mulher e a saúde. No capítulo 8, segundo Alves (2001) um dos mais controversos, encontra-se o parágrafo 8.25, que sustenta que

Em nenhum caso o aborto deve ser defendido como método de planejamento familiar. Todos os governos e organizações intergovernamentais e não-governamentais são instados a fortalecer seu comprometimento com a saúde das mulheres, a lidar com o impacto na saúde do aborto inseguro como grave problema de saúde pública e a reduzir o recurso ao aborto através de melhorias nos serviços de planejamento familiar (UN, 1994, tradução nossa).¹³

A inclusão deste parágrafo, ainda que com a ressalva de vários países, representa uma enorme evolução no entendimento sobre a saúde das mulheres. Dessa maneira, todos os pontos apresentados até aqui e introduzidos por essas conferências contribuíram para a construção da Conferência de Beijing.

¹¹ Alves (2001) aponta que a palavra *empowerment*, tão presente nos documentos oficiais das conferências dos anos 1990, é de difícil tradução, abrangendo a ideia de participação política, econômica, social e etc., assim como as ideias de capacitação e potencial. Enquanto ele utiliza a palavra no original em inglês no seu trabalho, aqui optarei por utilizar o neologismo “empoderamento”, por ser uma palavra amplamente utilizada por ativistas, movimentos sociais e pela própria mídia nos tempos atuais.

¹² No original: “The empowerment of women and the improvement of their political, social, economic and health status are highly important ends in themselves. We further believe that human development cannot be sustained unless women are guaranteed equal rights and equal status with men. In this process women should be seen not merely as the beneficiaries of change but as the agents of change as well. This entails an enhancement of their own gender awareness. We believe that education is the single most important element on the road to equality and empowerment of women. Education should also aim at eliminating negative gender stereotypes in order to improve the status of women, with a view to achieve cooperation and partnership between men and women.” (UN, 1994)

¹³ No original: “In no case should abortion be promoted as a method of family planning. All Governments and relevant intergovernmental and non-governmental organizations are urged to strengthen their commitment to women’s health, to deal with the health impact of unsafe abortion as a major public health concern and to reduce the recourse to abortion through expanded and improved family-planning services.” (UN, 1994)

Assim, é possível sintetizar (de forma simplificada) as inovações trazidas pelas conferências anteriores à de Beijing da seguinte maneira: a Rio-92 propiciou uma abertura global e introduziu a perspectiva que liga gênero à questões de meio ambiente, reconhecendo também o papel das ONGs de mulheres no processo internacional; a Conferência de Viena sobre direitos humanos integrou os direitos da mulher como sendo parte integrante de todos os direitos humanos, coisa que não havia sido feita até então; a Conferência do Cairo de 1994 modernizou o entendimento sobre políticas populacionais, declarando que os direitos reprodutivos, inclusive o direito das mulheres ao controle de sua própria fecundidade, são essenciais para qualquer política populacional bem sucedida (ALVES, 2001). É interessante notar que cada conferência apresentada até aqui trata de um tema social específico, mas estabelece conexões com os temas tratados em outras conferências. Para os propósitos deste trabalho podemos perceber, portanto, que houve uma articulação entre conferências das temáticas relacionadas aos direitos das mulheres, mesmo que o objetivo principal dessas conferências não seja a promoção destes direitos.

Em se tratando da Conferência de Beijing, essa sim voltada para a promoção e garantia dos direitos das mulheres e realizada menos de um ano completo após a Conferência do Cairo, é possível observar que seu sucesso parecia estar em risco desde os documentos preparatórios, que apresentavam muitos pontos de discordância, segundo Alves (2001). Mesmo durante os encontros, houve temor de que o documento aprovado representasse um retrocesso em algumas questões, uma vez que grandes trechos (muitas vezes parágrafos inteiros) se encontravam entre colchetes (ABROMOVAY, 1995).¹⁴

A própria utilização da noção de gênero - conceito de conteúdo sociológico já discutido no capítulo anterior - em detrimento da diferenciação por sexo ao longo do documento final era vista com desconfiança por algumas delegações, sendo um dos objetos de dificuldades desde as discussões do Comitê Preparatório. Outra área sensível foi a referente aos direitos reprodutivos, ao aborto e à proteção contra o vírus HIV, havendo um temor que as conquistas da Conferência do Cairo nessa área não fossem preservadas. Após discussões difíceis, foi possível não apenas evitar retrocessos, mas também avançar na ponderação da matéria (ALVES, 2001).

Isso fica evidente no capítulo IV da Plataforma de Ação, o mais substantivo pois trata dos objetivos estratégicos e ações a serem empreendidas em cada área de preocupação. Na área da

¹⁴ Os colchetes representam que o trecho não é um consenso, e que deve ser rediscutido.

saúde, compreendida entre os parágrafos 89 e 111 da Plataforma de Ação, podemos observar bem como as controvérsias foram bem resolvidas. Há uma multiplicidade de preocupações ligadas à saúde, que perpassam temas como disponibilidade de alimento e água para meninas e mulheres, moradia e acesso a condições sanitárias. O direito das mulheres de controlar os mais diversos aspectos de sua própria saúde, incluindo sua própria fertilidade, também é apresentado como essencial para o avanço delas. A inclusão do seguinte parágrafo evidencia a manutenção dos direitos adquiridos no Cairo:

Os direitos humanos das mulheres incluem os seus direitos a ter controle sobre as questões relativas à sua sexualidade, inclusive sua saúde sexual e reprodutiva, e a decidir livremente a respeito dessas questões, livres de coerção, discriminação e violência. A igualdade entre mulheres e homens no tocante às relações sexuais e à reprodução, inclusive o pleno respeito à integridade da pessoa humana, exige o respeito mútuo, o consentimento e a responsabilidade comum pelo comportamento sexual e suas consequências. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU, 1995, p. 179)

Podemos também verificar a conexão com a Conferência de Viena através da inclusão da noção de direitos humanos das mulheres, que aparece diversas vezes ao longo do texto do documento, inclusive no que tange a violência contra as mulheres. No parágrafo 118, a violência contra a mulher é apresentada como “[...] uma manifestação das relações de poder historicamente desiguais entre mulheres e homens, que têm causado a dominação da mulher pelo homem [...]” (ONU, 1995, p. 190). Além dessa definição inovadora que leva em conta padrões de relações históricas, temas como a violência contra as mulheres na esfera privada (a violência doméstica) e recomendações para evitar a revitimização de mulheres em decorrência de práticas policiais ou procedimentos judiciais também foram incluídas na Plataforma de Ação (ALVES, 2001).

Por fim, a incorporação da temática das mulheres na mídia merece destaque na análise. Em paralelo ao reconhecimento da influência dos padrões históricos de relacionamento entre homens e mulheres, a Plataforma de Ação reconheceu também o papel da mídia na reprodução de imagens estereotipadas das mulheres, havendo no documento uma seção inteira dedicada ao objetivo estratégico de “promover uma imagem equilibrada e não-estereotipada da mulher nos meios de comunicação” (ONU, 1995, p. 234). Em um contexto de globalização e desenvolvimento tecnológico acelerados, é compreensível que a forma como os meios de comunicação retratam as mulheres se torne uma preocupação, uma vez que estes são influenciadores dos valores culturais da sociedade. Assim, a Plataforma de Ação estimula os

governos e ONGs a “incentivar os meios de comunicação a que se abstenham de apresentar as mulheres como seres inferiores e de explorá-las como objeto sexual e bem de consumo” (ONU, 1995, p. 234).

Mas a Conferência de Beijing não foi um marco na evolução da promoção internacional dos direitos das mulheres apenas por causa das abordagens inovadoras e da incorporação de temáticas importantes. Foi um momento importante também para a atuação de organizações não-governamentais: estima-se que cerca de 35 mil pessoas participaram do fórum não-governamental de Huairou, reunido imediatamente antes da Conferência de Beijing na periferia da capital chinesa. Além dessas 35 mil pessoas na Conferência de Huairou, estima-se que quase 5 mil delegadas e delegados dos Estados-membro e observadores da ONU e mais 4 mil integrantes de ONGs participaram da Conferência de Beijing, além de 3 mil jornalistas (ALVES, 2001). Esses números mostram a importância desse evento, sendo a maior das Conferências dos anos 1990 em termos numéricos, mas também o crescimento da participação de ONGs no debate.

Assim, a partir da Conferência de Beijing, passou a existir um documento sobre o qual os formuladores de políticas sociais deveriam se apoiar. Através da Resolução 1996/6 do ECOSOC, estabeleceu-se que a Comissão sobre o Status da Mulher (CSW) seria a responsável por monitorar, revisar, avaliar o progresso e os problemas encontrados na aplicação da Declaração e Plataforma de Ação de Beijing. Além disso, a mesma resolução reconheceu a importância da participação de ONGs na Conferência e encorajou a continuidade dessa participação em eventos futuros (ECOSOC, 1996a).

A Conferência de Beijing ocorreu, portanto, em um contexto de grande movimentação no sentido da promoção de questões sociais. Aproveitando contribuições de conferências anteriores, sua Declaração e Plataforma de Ação conseguiu sintetizar bem os avanços na promoção dos direitos das mulheres ocorridos na década de 1990. Tendo uma abordagem ampla e multidisciplinar das muitas questões ligadas ao status da mulher, a Plataforma de Ação é um documento abrangente e inclusivo. Buscou-se nesta seção apresentar a evolução da temática dos direitos das mulheres através de algumas conferências, e como estas influenciaram na construção da Conferência de Beijing. Buscou-se também destacar as principais inovações trazidas pela Plataforma de Ação, que passariam a pautar a agenda da Comissão sobre o Status da Mulher nas décadas seguintes.

Refletindo sobre o impacto da “Agenda Social” da ONU nos anos 1990, Alves (2001) aponta que “[...] os documentos, meramente recomendatórios, não corrigirão de *per se* os problemas da superpopulação, da miséria e do desemprego, da discriminação contra a mulher, da violência e do caos urbano das megalópoles.” (ALVES, 2001, p. 41). No entanto, a mera existência de recomendações nesse sentido, acordadas pelos Estados-membro da ONU, “se [...] esses documentos forem redescobertos e apreciados em seu devido valor, podem voltar a configurar, pelo menos, um manual de esperanças [...]” (ALVES, 2001, p. 41). Os documentos produzidos nas conferências da década de 1990 serviram, assim, de base para discussões posteriores dentro da ONU. Como será mostrado no próximo capítulo, a Declaração e Plataforma de Ação de Beijing continua sendo, até o presente momento, um dos principais documentos que tratam dos direitos das mulheres a nível internacional, sendo anualmente reforçado pelas reuniões da CSW.

4 A ATUAÇÃO DA FEIM NA COMISSÃO SOBRE O STATUS DA MULHER (CSW)

Após a década de 1990 e a série de conferências interligadas e batizadas de “Agenda Social” da ONU, que avançaram na percepção e no tratamento de diversos temas (como discutido no capítulo anterior), as lideranças dos países-membro da ONU se reuniram para estabelecer objetivos para o novo milênio. Assim surgiram os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), que deveriam ser atingidos até o ano de 2015. São eles: erradicar a pobreza extrema e a fome; alcançar educação primária universal; promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater HIV/AIDS, malária e outras doenças; assegurar sustentabilidade ambiental; estabelecer uma parceria global para o desenvolvimento (UNITED NATIONS - UN, 2015).

Alguns objetivos tiveram avanços maiores que outros, mas eles com certeza pautaram a discussão de vários organismos da ONU no período, inclusive da Comissão sobre o Status da Mulher (CSW). A inclusão de um objetivo voltado exclusivamente para a promoção da igualdade de gênero e empoderamento das mulheres (objetivo 3) e outro para o aprimoramento da saúde materna (objetivo 5) já mostra os efeitos da Conferência de Beijing e o conseqüente aumento da relevância das temáticas relacionadas aos direitos das mulheres no sistema ONU. Além disso, a promoção dos outros objetivos também tem conexão com a melhoria do status da mulher e podem ser tratados de maneira associada.

Neste capítulo será feita uma análise da atuação da ONG Fundación para Estudio e Investigación de la Mujer (FEIM) na Comissão sobre o Status da Mulher (CSW) no período que compreende os anos de 2009 à 2017. Será analisado se as constatações e recomendações finais da CSW levam em conta as preocupações e dados levantados pelas ONGs com status consultivo concedido pelo ECOSOC. Isso será feito a partir de um estudo de caso baseado na análise de conteúdo das declarações oficiais feitas pela FEIM nas reuniões da CSW e dos documentos finais produzidos nessas reuniões, buscando constatar se houve a convergência de preocupações e recomendações nos dois tipos de documento. O conteúdo desses documentos também será relacionado com o contexto mais amplo da busca da promoção dos direitos das mulheres e direitos humanos, condensados nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e, posteriormente, nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

4.1 A FUNDACIÓN PARA ESTUDIO E INVESTIGACIÓN DE LA MUJER

A Fundación para Estudio e Investigación de la Mujer (FEIM) é uma ONG Argentina sem fins lucrativos, fundada em 1989. Ela defende que para existir o pleno respeito dos direitos humanos das mulheres, é necessário haver a eliminação de todas as desigualdades baseadas em gênero. Para isso, a própria organização define três objetivos norteadores de suas ações: garantir os direitos das mulheres e meninas; buscar a melhora das condições de vida e o desenvolvimento sustentável dessas mulheres; e lutar para alcançar a igualdade. Para atingir esses objetivos, ela desenvolve projetos e pesquisas em diversas áreas, tais como saúde sexual e reprodutiva, violência contra a mulher e educação sexual. É importante notar que esses projetos são muitas vezes articulados com organizações regionais e internacionais, e as pesquisas também têm como objetivo o assessoramento às organizações intergovernamentais na formulação de políticas públicas e recomendações, como é o caso da CSW (FUNDACIÓN PARA ESTUDIO E INVESTIGACIÓN DE LA MUJER - FEIM, 2017a).

A FEIM atua internacionalmente desde as conferências da ONU dos anos 1990, participando nos processos de monitoramento e avaliação periódicos que ocorreram desde a Conferência de Beijing de 1995. Foi desde 2005, no entanto, que a ONG participa mais frequentemente das atividades da ONU, pois foi nesse ano que obteve status consultivo. Hoje em dia tem representação nas sedes oficiais em Nova York, Genebra e Viena. (FEIM, 2017b). De acordo com a Resolução 1996/31 do ECOSOC sobre atuação de ONGs com status consultivo, a participação das ONGs no âmbito do Conselho é uma via de mão dupla:

Decisões sobre disposições para consulta devem ser guiadas pelo princípio de que arranjos consultivos devem ser feitos, por um lado, com o propósito de possibilitar ao Conselho ou a um de seus organismos o acesso à informação especializada ou aconselhamento com organizações que tem competência especial nos assuntos para os quais os arranjos consultivos são feitos, e, por outro lado, para permitir que organizações internacionais, regionais, subregionais e nacionais que representam elementos importantes da opinião pública possam expressar suas ideias [...]. (ECOSOC, 1996b).¹

¹ No original: “Decisions on arrangements for consultation should be guided by the principle that consultative arrangements are to be made, on the one hand, for the purpose of enabling the Council or one of its bodies to secure expert information or advice from organizations having special competence in the subjects for which consultative arrangements are made, and, on the other hand, to enable international, regional, subregional and national organizations that represent important elements of public opinion to express their views [...]” (ECOSOC, 1996b)

Assim, a obtenção do status consultivo, de acordo com os princípios estabelecidos pela resolução supracitada, permitiu à FEIM uma participação ativa nas reuniões anuais da CSW, sendo possível submeter declarações formais e escritas aos representantes presentes. Ainda que essa resolução deixe claro que organizações não-governamentais não terão o mesmo direito de participação e voto que os Estados-membros, sendo primariamente observadores, seu papel como fornecedoras de informação e influenciadoras da formulação de políticas públicas parece ser valorizada pelo ECOSOC (ECOSOC, 1996b).

O motivo pelo qual se escolheu estudar a atuação da ONG *Fundación para Estudio e Investigación de la Mujer* é justamente pela presença ativa nas reuniões da CSW nos últimos anos. No período analisado, entre 2009 e 2017, ela participou de todas as reuniões anuais da CSW (exceto na de 2012). Esse tipo de estabilidade de participação não é tão frequente e mostra a disposição da ONG de fazer os objetos de preocupação das mulheres latino-americanas serem ouvidas.

4.2 A COMISSÃO SOBRE O STATUS DA MULHER (2009-2017)

As reuniões anuais da CSW têm uma temática de destaque diferente a cada ano. O resultado é geralmente um documento intitulado “Conclusões Acordadas”², em que são feitas recomendações aos Estados acerca daquele tema. A cada cinco anos são realizadas reuniões de revisão da implementação da Declaração e Plataforma de Ação de Beijing, em que outros documentos são produzidos. O período que será analisado nesse trabalho abrange duas dessas reuniões de revisão: a de 2010 e a de 2015.

No ano de 2009, a temática priorizada na reunião da CSW foi a divisão igualitária de responsabilidades entre homens e mulheres, incluindo a responsabilidade por cuidados em um contexto de HIV/AIDS. Em suma, as preocupações principais referem-se à integração das mulheres ao mercado de trabalho com tratamento e pagamento igualitário, à valorização do trabalho pago e não pago realizado por elas, e à feminização da pandemia do vírus HIV/AIDS.

Naquele ano, a FEIM submeteu apenas uma declaração formal à CSW, abordando justamente a feminização da epidemia do vírus HIV/AIDS, argumentando que o status desigual das mulheres fomenta o crescimento da epidemia do vírus HIV/AIDS, uma vez que embora os

² Agreed Conclusions, no original em inglês.

homens ainda sejam a maior parte dos infectados, novas infecções são registradas principalmente em jovens mulheres. A ONG aponta que além de cuidar de si mesmas, as mulheres geralmente são responsáveis pelos cuidados dos demais membros da família. Tendo isso em mente e considerando a feminização da contaminação do HIV, a FEIM aponta que a situação exige a disponibilização de serviços sociais de suporte à portadores do vírus HIV, além de políticas de não-discriminação para que essas pessoas possam ter acesso à trabalho digno e aos seus direitos - incluindo direitos sexuais e reprodutivos (COMMISSION ON THE STATUS OF WOMEN - CSW, 2009a).

No parágrafo 15 das Conclusões Acordadas do mesmo ano, em que foram feitas recomendações aos governos, órgãos competentes das Nações Unidas e outras organizações, fica clara a intenção da Comissão de inserir uma perspectiva de gênero na recomendação sobre formulação de políticas públicas, inclusive no que tange políticas de saúde. Na alínea ff, que inaugura um conjunto de 9 alíneas que tratam da temática do vírus HIV/AIDS, é recomendado que deve-se:

Aumentar significativamente os esforços para atingir o objetivo de ter acesso universal à programas de prevenção, tratamento, cuidados e suporte para portadores do vírus HIV/AIDS até 2010, e o objetivo de parar e reverter a propagação da HIV/AIDS até 2015, e garantir que esses esforços promovam igualdade de gênero e levem em conta as responsabilidades que tanto homens quanto mulheres têm como cuidadores (CSW, 2009b, p. 5, tradução nossa).³

Além disso, ressalta-se o papel da educação de homens e meninos sobre sua responsabilidade na propagação do vírus do HIV/AIDS e sobre sua sexualidade e reprodução, enfatizando a importância da adoção de práticas sexuais não-coercitivas. O assunto é tratado de maneira que são feitas ligações temáticas com a questão dos direitos humanos, da prevenção da violência contra a mulher e da importância da educação e da participação da mulher em todas as esferas - inclusive na esfera da tomada de decisão (CSW, 2009b).

O documento também segue a linha inaugurada na Eco-92 de ligar desenvolvimento sustentável ao desenvolvimento da mulher, apontando a necessidade de tomada de medidas para “ [...] abordar o impacto desproporcional que a mudança climática tem sobre as mulheres [...]”

³ No original: “Significantly scale up efforts towards the goal of universal access to comprehensive HIV/AIDS prevention programmes, treatment, care and support by 2010, and the goal of halting and reversing the spread of HIV/AIDS by 2015, and ensure that those efforts promote gender equality and take into account the caregiving responsibilities of both women and men.” (CSW, 2009b, p. 5).

(CSW, 2009b, p. 7, tradução nossa)⁴. De uma maneira geral, então, observa-se que a preocupação expressa pela FEIM na declaração submetida no ano em questão foi englobada no resultado final da reunião, ainda que esse resultado explore também inúmeras outras questões.

Já no ano de 2010, a reunião do CSW tinha como foco a revisão da implementação da Declaração e Plataforma de Ação de Beijing e dos resultados da 23^a sessão especial da Assembleia Geral (2000) e suas contribuições para inserir uma perspectiva de gênero nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Nessas reuniões de revisão que ocorrem a cada 5 anos, não são produzidas Conclusões Acordadas, e no ano de 2010 o principal documento resultante foi um relatório contendo as principais resoluções e decisões da reunião. Na declaração submetida no ano em questão pela FEIM, em conjunto com outras ONGs, observamos a permanência da preocupação com a saúde sexual e reprodutiva das mulheres, sendo apontada a necessidade de priorização desse tema. Assim, ressalta-se a necessidade de investimento na educação sexual dos jovens, de fornecimento de métodos de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e de inclusão das mulheres – incluindo aquelas vivendo com AIDS – nos processos de tomada de decisão no que tange à formulação e implementação de políticas e programas referentes a esses assuntos (CSW, 2010a).

No relatório da reunião de revisão de 2010, podemos observar a inclusão de resoluções a respeito dos seguintes temas: mulheres, meninas e o vírus HIV/AIDS; libertação de mulheres e crianças feitas de refém, incluindo aquelas subsequentemente empriionadas, durante conflitos armados; empoderamento econômico da mulher; eliminação da mortalidade e morbidade através do empoderamento das mulheres; fortalecimento dos arranjos institucionais das Nações Unidas para apoiar a igualdade de gênero; mutilação genital feminina e maneiras de acabar com tais práticas; a implementação de objetivos acordados internacionalmente no que diz respeito à igualdade de gênero (CSW, 2010b).

Ao empreender análise em maior profundidade do supracitado relatório, observamos que a resolução 54/2, responsável pela abordagem da questão do vírus HIV/AIDS, dá conta de todos os aspectos mencionados pela declaração da FEIM: a necessidade de prevenção da AIDS, mas também de tratamento e sistemas de saúde e assistência para portadores do vírus; reforça o fato de que mulheres têm o direito de decidir e controlar questões referentes à sua própria

⁴ No original: “[...] to address the disproportionate impact of climate change on women [...]” (CSW, 2009b, p. 7).

sexualidade; além de apontar a importância de um ambiente propício para o empoderamento feminino e sua relação com a saúde das mulheres (CSW, 2010b).

Além disso, a resolução reafirma o comprometimento com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e a implementação da Declaração e Plataforma de Ação de Beijing, incluindo os objetivos que almejam “ [...] reduzir a mortalidade materna, melhorar a saúde materna, reduzir mortalidade infantil, promover a igualdade de gênero, combater HIV e AIDS e erradicar a pobreza [...]” (CSW, 2010b, p. 8, tradução nossa)⁵. Assim, embora o relatório seja extenso e englobe diversos temas – os principais tendo sido citados acima, podemos concluir que as preocupações expressas pela FEIM naquele ano foram bem incluídas no documento final.

Em 2011, o tema em destaque foi o acesso e participação de meninas e mulheres na educação, ciência e tecnologia. A declaração submetida pela FEIM naquele ano, em conjunto com diversas outras organizações, mostra grande preocupação com a saúde reprodutiva e sexual das mulheres e meninas, trazendo dados da Organização Mundial da Saúde de que o vírus HIV/AIDS é a principal causa de morte e doença de mulheres em idade reprodutiva. É defendido, assim, a partir de um ponto de vista tanto de saúde quanto de direitos humanos, que as mulheres devem ter acesso a métodos preventivos de doenças sexualmente transmissíveis especificamente projetados para seu uso. Nesse sentido, as ONGs argumentam que os governos devem facilitar o acesso das mulheres às camisinhas femininas, que são, segundo elas, componente crítico para atingir os objetivos postulados pela Conferência do Cairo sobre População e Desenvolvimento e a Plataforma de Beijing (CSW, 2011a). Segundo a mesma declaração, a conexão entre saúde da mulher e seu acesso à educação é evidente:

Quando mulheres e meninas tem a habilidade de prevenir a gravidez não desejada e de espaçar seus filhos, elas têm maior oportunidade de acabar a escola, buscar emprego e gerenciar melhor os recursos financeiros e ambientais escassos. Quando mulheres e meninas estão livres de infecções sexualmente transmissíveis ou condições debilitantes relacionadas à gravidez, como a fistula obstétrica, elas são mais aptas a executar seu trabalho ou estudo e realizar tarefas domésticas. Mas o mais importante, quando mulheres e meninas adolescentes tem métodos de prevenção como a camisinha feminina prontamente acessível, elas têm uma ferramenta que elas podem usar para, em última análise, salvar suas vidas (CSW, 2011a, p. 3, tradução nossa)⁶

⁵ No original: “[...] reducing maternal mortality, improving maternal health, reducing child mortality, promoting gender equality, combating HIV and AIDS and eradicating poverty [...]” (CSW, 2010b, p. 8).

⁶ No original: “When women and girls have the ability to prevent unwanted pregnancies and space their children, they have greater opportunity to finish school, seek employment, and better manage scarce financial and environmental resources. When women and girls are free of sexually transmitted infections or debilitating pregnancy-related conditions like obstetric fistula, they are more able-bodied to perform at work or school and to

Nesse sentido, as Conclusões Acordadas de 2011 apontam que educação de qualidade e acesso e participação igualitária são um imperativo para a promoção da igualdade de gênero e empoderamento feminino, ao mesmo tempo que fornece maior conhecimento e habilidades para manutenção da sua boa saúde, inclusive no que se refere à prevenção da AIDS. Além de ser ressaltada a importância da garantia da segurança das mulheres e meninas tanto em espaços públicos quanto no espaço de trabalho e na escola, aponta-se que a disseminação da educação sexual e reprodutiva também é benéfica para a promoção da igualdade e a garantia dos direitos humanos das mulheres e meninas. As recomendações do documento também incluem a questão do acesso das mulheres ao mercado de trabalho, que deve ser garantido em termos iguais aos dos homens, e da garantia de direitos de trabalhadoras migrantes (CSW, 2011b).

Apesar de fazer recomendações acerca de uma vasta gama de assuntos relacionados ao acesso à educação, ciência e tecnologia por parte das mulheres e meninas, as Conclusões Acordadas de 2011 não foram tão longe a ponto de explicitamente incentivar os governos a facilitar a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis através da camisinha feminina. Manteve-se um tom mais genérico, ressaltando a importância da prevenção e acesso à serviços de saúde ligados à essas doenças (sem entrar nos pormenores de quais seriam os métodos exatos de prevenção), da diminuição da mortalidade materna e da educação sexual e reprodutiva (CSW, 2011b). Observa-se, então, uma convergência apenas parcial de recomendações da FEIM e das Conclusões Acordadas, sendo que a declaração da FEIM mostra um maior nível de detalhamento.

O ano de 2012, por sua vez, não será incluído na análise, uma vez que o objetivo do trabalho é constatar a convergência ou não das temáticas abordadas pela FEIM e pelos documentos finais da CSW e no ano de 2012 a FEIM não submeteu nenhuma declaração à reunião da Comissão. No ano de 2013, observamos o retorno da participação da FEIM, na reunião que teve como prioridade de discussão a eliminação e prevenção de todas as formas de violência contra as mulheres e meninas. Nesse ano, a FEIM submeteu duas declarações, uma individual e outra em conjunto com outras organizações, e ambas continuam reforçando a importância da tomada de medidas que dizem respeito à saúde da mulher, principalmente em relação à feminização da pandemia do vírus HIV/AIDS. Na declaração individual, a ONG

carry out household responsibilities. But most importantly, when women and adolescent girls have prevention methods like the female condom readily accessible, they have a tool they can use to ultimately help save their own lives.” (CSW, 2011a, p. 3).

ressalta que “a violência baseada em gênero é não apenas causa do HIV nas mulheres, mas também consequência” (CSW, 2013a, p. 2, tradução nossa)⁷, já que essas mulheres encontram-se em uma situação mais vulnerável e estigmatizada.

A declaração feita em conjunto com outras ONGs segue a mesma linha, mas vai mais além ao acrescentar que deve-se desenvolver diretrizes para guiar a melhoria da educação das mulheres e seu acesso à trabalho decente, de modo a diminuir a dependência econômica. Além disso, ressalta-se que também deve-se utilizar a mídia para conscientização sobre os impactos negativos que a violência contra a mulher tem para a sociedade (CSW, 2013b). Pode-se observar, assim, que um dos principais temas presentes nas declarações da FEIM até então é a saúde sexual e reprodutiva das mulheres, especificamente a contaminação dessas mulheres pelo vírus da AIDS.

No documento de Conclusões Acordadas de 2013, as recomendações vão no sentido de “abordar a intersecção do HIV e da AIDS e a violência contra todas as mulheres e meninas” (CSW, 2013c, p. 13, tradução nossa).⁸ Um ponto interessante é que nesse ano são feitas recomendações específicas a respeito da prevenção da doença através do fornecimento de camisinhas femininas e masculinas (CSW, 2013c, p. 13), coisa que não foi feita no ano de 2011. Além dos pontos citados, o documento segue insistindo na importância do acesso a serviços de saúde e apresenta uma abordagem diferente ao recomendar que deve-se “condenar e tomar providências para prevenir a violência contra as mulheres e meninas no sistema de saúde [...]”⁹, especialmente aquelas que “[...] vivem com HIV, mulheres e meninas com deficiência, indígenas e afrodescendentes, adolescentes grávidas e jovens mães, e mulheres e meninas de minorias étnicas”¹⁰ (CSW, 2013c, p. 12, tradução nossa).

Apesar disso, o foco de um modo geral não é para a saúde reprodutiva e sexual das mulheres – ainda que sejam incluídas recomendações significativas nesse sentido, como mencionado acima - mas a violência contra elas. Assim, o documento traça um panorama de medidas para prevenir e eliminar a violência contra as mulheres, que inclui o acesso à justiça e a

⁷ No original: “Gender-based violence is not only a cause of HIV in women, but also a consequence.” (CSW, 2013a, p. 2).

⁸ No original: “[...] address the intersection of HIV and AIDS and violence against all women and girls [...]” (CSW, 2013c, p. 13).

⁹ No original: “Condemn and take action to prevent violence against women and girls in health-care settings” (CSW, 2013c, p. 12).

¹⁰ No original: “[...] such as those living with HIV, women and girls with disabilities, indigenous and Afro-descendent women and girls, pregnant adolescents and young mothers, older women, and women and girls from national or ethnic minorities.” (CSW, 2013c, p. 12).

criação de mecanismos de prestação de contas para acabar com a impunidade e punir os perpetradores dessa violência; a inclusão de uma perspectiva de gênero em todas as políticas e mecanismos adotados; a conscientização e a eliminação de estereótipos de gênero, incluindo aqueles difundidos por propagandas comerciais; a cooperação internacional para atingir os objetivos acordados no documento. O documento também trata de novas formas de violência, sendo talvez o elemento mais inovador das Conclusões Acordadas daquele ano: a perseguição e o *bullying* na internet e o feminicídio (CSW, 2013c). Nota-se, então, que o documento mencionado dá conta de englobar as demandas expressas pela FEIM tanto na declaração individual quanto naquela em conjunto com outras ONGs.

Em 2014, a prioridade da reunião da CSW foi avaliar os sucessos e desafios apresentados na implementação do Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, tendo como foco principal a avaliação de cada objetivo através de uma perspectiva de gênero (CSW, 2014d). Nesse ano, a FEIM submeteu duas declarações¹¹, uma individual e uma em conjunto com outras ONGs.

Na declaração individual, a ONG faz alguns apontamentos sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio número 5 (melhorar a saúde materna) e número 3 (promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres), alegando que o primeiro está longe de ser atingido e o segundo não foi priorizado em muitos países do mundo, incluindo aqueles da América Latina e Caribe. Além disso, a FEIM dá ênfase à interconexão desses objetivos com o objetivo 1, de erradicar a pobreza. Avaliando o progresso da Argentina – país de origem da organização - a ONG expressa preocupação sobre os obstáculos institucionais no fornecimento de cuidados em relação a abortos, sendo os abortos inseguros a maior causa de mortes maternas nas últimas duas décadas (CSW, 2014b).

Na declaração produzida em conjunto com outras ONGs, é reconhecido que apesar de todos os programas, políticas e recomendações articuladas no âmbito da CSW e dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, o progresso na questão dos direitos sexuais e reprodutivos, especialmente para meninas adolescentes, foi limitado. As organizações pedem, então, a inclusão na agenda de desenvolvimento pós-2015 de um objetivo específico que englobe a proteção dos direitos sexuais e a saúde reprodutiva das mulheres, a prevenção da coerção e da violência contra

¹¹ Há uma terceira declaração atribuída a uma organização chamada Fundación para Estudio e Investigación de la Mujer y Red de Educación Popular entre Mujeres, tratada no documento como organização única. Mesmo acreditando que se trata na verdade de duas organizações distintas, a FEIM e a REPEM, esse documento não foi levado em consideração em razão da impossibilidade de verificar a organização responsável por ele. (CSW, 2014c).

a mulher – incluindo casamento forçado, mutilação genital, entre outras formas de violência – e a garantia de que mulheres sobreviventes de violência baseada em gênero tenham acesso a diversos serviços essenciais (CSW, 2014a).

Nas Conclusões Acordadas do ano de 2014, é feita uma análise prévia de cada Objetivo de Desenvolvimento do Milênio, sua ligação com a situação das mulheres e o progresso atingido até então. O documento, apesar de notar a importância do objetivo 3 (mencionado acima) em assinalar a igualdade de gênero e o empoderamento feminino como prioridades globais (CSW, 2014d), indica que

A Comissão está profundamente preocupada que o progresso global das mulheres e meninas em relação aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio continue lento e desigual, incluindo no objetivo 3, tanto dentro dos países quanto entre eles, e que essa falta de progresso na igualdade de gênero tenha impedido progresso com respeito a outros objetivos (CSW, 2014d, p. 5, tradução nossa).¹²

Além disso, a Comissão reconhece que a falta de progresso deve-se também à “falta de integração de uma perspectiva de gênero no desenho, implementação, monitoramento e avaliação dos Objetivos” (CSW, 2014d, p. 8, tradução nossa).¹³ A partir disso, o documento propõe recomendações, no parágrafo 42, no sentido de eliminar práticas como a mutilação genital e o casamento forçado de mulheres e meninas, levar em conta os fatores múltiplos que influenciam no maior impacto que a pobreza tem sobre meninas e mulheres e de “garantir a promoção e proteção dos direitos humanos de todas as mulheres e sua saúde sexual e reprodutiva” (CSW, 2014d, p. 11, tradução nossa)¹⁴.

O documento aborda diversos outros assuntos, como a necessidade de cooperação internacional para promoção dos direitos das mulheres – ressaltando o papel tanto da cooperação Sul-Sul quanto Norte-Sul e triangular, a proteção dos direitos das mulheres indígenas, a importância do acesso à educação em todos os níveis, entre outros (CSW, 2014d). O recorte acima é suficiente, no entanto, para observarmos que tanto as declarações da FEIM quanto as Conclusões Acordadas convergem nas conclusões que tiram a respeito do progresso limitado de

¹² No original: “The Commission is deeply concerned that overall progress for women and girls across all the Millennium Development Goals remains slow and uneven, including on goal 3, both within and between countries, and that lack of progress on gender equality has hindered progress towards all of the Goals.” (CSW, 2014d, p. 5).

¹³ No original: “[...] lack of systematic gender mainstreaming and integration of gender perspective in the design, implementation, monitoring and evaluation of the Goals.” (CSW, 2014d, p. 8).

¹⁴ No original: “Ensure the promotion and protection of the human rights of all women and their sexual and reproductive health [...]” (CSW, 2014d, p. 11).

alguns Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e das medidas que devem ser tomadas no futuro para remediar essa situação.

Em 2015, foi realizada a reunião de aniversário de 20 anos da Declaração e Plataforma de Ação de Beijing. Nessa reunião de revisão, o principal documento resultante foi uma Declaração Política dos ministros e representantes governamentais (CSW, 2015d). Como apresentado anteriormente, o principal papel das ONGs no âmbito do ECOSOC e da CSW é direcionar o debate; por isso torna-se relevante analisar documentos produzidos pelos representantes governamentais, afim de identificar a inclusão ou não das preocupações expressadas pelas ONGs. Nesse ano, a FEIM submeteu três declarações, uma individual e as demais em conjunto com outras ONGs. A declaração individual trata da igualdade de gênero na Argentina nos 20 anos desde a Conferência de Beijing. A FEIM aponta que embora tenham sido adotados regulamentos e leis no sentido de reconhecer os direitos das mulheres, sua implementação não foi tão satisfatória, comprometendo o progresso das mulheres no país. Outro ponto ressaltado nesse documento foi a necessidade, por parte do governo Argentino, da retirada de reservas à Plataforma de Ação de Beijing (CSW, 2015a).

A primeira declaração da FEIM em conjunto com outras ONGs do mundo inteiro destaca três pontos do contexto global que afetam negativamente a vida das mulheres: a política macroeconômica, pois existem desigualdades crescentes após a crise financeira de 2008; o mercado de trabalho para as mulheres, em que muitas vezes elas sofrem discriminação, dentro e fora de seus países – como migrantes, por exemplo; e a violência baseada em gênero e o militarismo, que persistem (CSW, 2015b). A declaração afirma: “nós acreditamos na indivisibilidade dos direitos humanos – direitos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos – e sua relevância crítica para 2015 e além, para indivíduos e grupos como parte de uma humanidade interconectada” (CSW, 2015b, p. 2, tradução nossa)¹⁵.

A partir disso, são feitas recomendações para a garantia dos direitos humanos das mulheres, incluindo direito à propriedade, terra e recursos produtivos; incentiva-se a criação de programas para o alívio da pobreza e direito das mulheres ao trabalho; aponta-se também a necessidade da participação das mulheres nas negociações de paz em situação de conflito, além de reconhecer a existência de violência baseada em gênero nessas situações – perpetradas

¹⁵ No original: “We believe in the indivisibility of human rights — economic, social, cultural, civil and political rights — and their critical relevance for 2015 and beyond for individuals and groups as part of an interconnected humanity.” (CSW, 2015b, p. 2)

inclusive por atores estatais – e a necessidade de prevenção e assistência à sobreviventes (CSW, 2015b).

A última declaração conjunta da FEIM naquele ano trata da situação das mulheres na América Latina. Alegando que “[...] desenvolvimento sustentável não é possível a menos que a igualdade de gênero e os direitos das mulheres sejam garantidos”¹⁶ (CSW, 2015c, p. 3, tradução nossa), o documento enfatiza que o quadro de leis existente na região não se reflete em uma melhoria proporcional na vida das mulheres, em razão da dificuldade de aplicação efetiva dessas leis. Além disso, destaca o problema da violência contra a mulher na América Latina, declarando que as mulheres do mundo não podem esperar mais 20 anos para que esses problemas sejam resolvidos (CSW, 2015c).

O documento final principal no ano de 2015 foi a Declaração Política acordada pelos ministros e representantes governamentais. O documento reafirma a importância da implementação da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim e das declarações produzidas pela Comissão sobre o Status da Mulher. No entanto, o documento limita-se a incentivar que os obstáculos restantes para atingir a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres sejam vencidos, sem entrar nos pormenores de como fazer isso além de mencionar a importância da “[...] implementação fortalecida de leis, políticas e estratégias e programas de atividade para todas as mulheres e meninas [...]”¹⁷ (CSW, 2015d, p. 3, tradução nossa).

Observamos, assim, que o documento final dessa reunião foi o que menos englobou as questões presentes nas declarações da FEIM até então, uma vez que mantém um tom generalista enquanto as declarações da FEIM são bem detalhadas. Além disso, o ano de 2015 marca também o encerramento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e o estabelecimento dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Sustainable Development Goals, no original em inglês). Embora todos possam ser relacionados aos direitos das mulheres, vale ressaltar o objetivo número 5, visando atingir a igualdade de gênero e empoderar meninas e mulheres (TRANSFORMING OUR WORLD..., 2017).

Em 2016, a temática de destaque da reunião da CSW foi o empoderamento das mulheres e a sua relação com o desenvolvimento sustentável. No mesmo ano, a FEIM submeteu uma

¹⁶ No original: “[...] Sustainable development is not possible unless gender equality and the rights of women and girls are guaranteed.” (CSW, 2015c, p. 3).

¹⁷ No original: “[...] strengthened implementation of laws, policies, strategies and programme activities for all women and girls [...]” (CSW, 2015d, p. 3).

declaração em conjunto com outras ONGs latino-americanas, cujo teor buscou ressaltar a necessidade de almejar, na promoção de todos os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, promover também a igualdade de gênero. Apesar do quadro de objetivos ter mudado – inaugurando a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, podemos observar que muitas preocupações antigas permanecem na declaração: a necessidade de investimento em educação para que meninas e meninos possam desfrutar de níveis similares de desenvolvimento, diminuindo a diferença de gênero no acesso à educação; na área da saúde, a garantia de direitos sexuais e reprodutivos para a população num geral – inclusive as mulheres, em especial no que se refere à erradicação do aborto inseguro e suas complicações; a luta contra a violência baseada em gênero e o feminicídio; e a discussão sobre o trabalho informal e inseguro que as mulheres enfrentam (CSW, 2016a).

Outros temas também são citados, como a importância de buscar relações mais igualitárias no âmbito da família e de proteger o meio ambiente. A prioridade é dada, no entanto, à “[...] necessidade de eliminar a pobreza e buscar alcançar modelos de desenvolvimento mais equitativos que reduzirão as diferenças extremas e desigualdades que hoje caracterizam a nossa região [...]”¹⁸, referindo-se à América Latina (CSW, 2016a, p. 2, tradução nossa). A ONG tem a visão, assim, de que modelos mais equitativos de desenvolvimento beneficiariam a todos, inclusive às mulheres.

Nas Conclusões Acordadas de 2016, a CSW reconhece que a desigualdade entre homens e mulheres permanece existindo, em escala global, devido a “[...] formas de discriminação múltiplas e interseccionais durante seu ciclo de vida”¹⁹ (CSW, 2016b, p. 6, tradução nossa). Na seção responsável por recomendar práticas de fortalecimento de estruturas legais e normativas, são fornecidas orientações no sentido de integrar uma perspectiva de gênero na educação, ciência e tecnologia, afim de erradicar o analfabetismo feminino e garantir a participação das mulheres na economia formal (CSW, 2016b, p. 9). Já podemos observar, assim, que o documento engloba algumas das principais questões abordadas na declaração supracitada.

Além disso, o documento final da reunião de 2016 também alerta para a necessidade de adoção e implementação acelerada de leis que criminalizam a violência contra as mulheres e

¹⁸ No original: “[...] priority to the need to eliminate poverty and to seek and achieve more equitable development models that will reduce the extreme differences and the inequality which today characterize our region [...].” (CSW, 2016a, p. 2)

¹⁹ No original: “[...] multiple and intersecting forms of discrimination throughout their life cycle.” (CSW, 2016b, p.6)

meninas. Um outro ponto interessante é a recomendação de “implementar políticas macroeconômicas, sociais e trabalhistas que promovam o emprego pleno e produtivo para todos, tendo em vista beneficiar as mulheres e promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres [...]”²⁰ (CSW, 2016b, p. 10, tradução nossa). Ainda tratando de aspectos econômicos, a Comissão recomenda a incorporação de uma perspectiva de gênero na gestão de recursos públicos. Vale notar, finalmente, que é reconhecido no documento o papel das mulheres como agentes de mudança na abordagem da questão da mudança climática, além de reconhecer o papel de mulheres indígenas e também das migrantes para o desenvolvimento (CSW, 2016b). Num geral, então, podemos observar que há convergência de temáticas e preocupações nos documentos, apesar do documento final da reunião não mencionar nesse ano a questão dos direitos sexuais e reprodutivos.

Por fim, em 2017, o enfoque temático da reunião da CSW foi o empoderamento econômico das mulheres no mundo do trabalho em mudança (CSW, 2017c). No mesmo ano, foram submetidas duas declarações pela FEIM, uma individual e outra em conjunto com outras ONGs. Na declaração individual é feita uma análise dos desafios para o empoderamento econômico das mulheres na Argentina. Aponta-se que, tendo em mente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e sendo um deles a promoção da igualdade de gênero, há uma boa oportunidade para as políticas econômicas passarem a garantir o financiamento dessa busca pela igualdade de gênero. No mesmo sentido, encoraja-se o treinamento de mulheres em tecnologias da informação e comunicação e estimula-se também a participação das mulheres na formulação e implementação de políticas econômicas (CSW, 2017a).

Há também uma preocupação com a valorização do trabalho doméstico e a garantia do pagamento igualitário para trabalhos semelhantes, de acordo com as convenções da Organização Internacional do Trabalho, e também com o atendimento das necessidades de mulheres em situações especialmente vulneráveis, como mulheres indígenas, afrodescendentes e migrantes, mulheres deficientes ou vivendo com HIV, e mulheres da comunidade LGBT (CSW, 2017a). A declaração em conjunto com outras ONGs segue na mesma linha, ressaltando a importância de incluir as mulheres indígenas e as que habitam áreas rurais mais afastadas nos projetos de desenvolvimento e garantindo seu acesso à serviços financeiros. Essa declaração conjunta

²⁰ No original: “Implement macroeconomic, labour and social policies that promote full and productive employment and decent work for all in order to benefit women and promote gender equality and the empowerment of women [...]” (CSW, 2016b, p. 10)

também aborda outras questões: em relação ao trabalho feminino, recomenda-se a adoção de convenções da Organização Internacional do Trabalho; relacionado ao âmbito familiar, ressaltase a importância da divisão de responsabilidades para a superação de estereótipos de gênero; em relação às desigualdades econômicas, recomenda-se que os Estados promovam reformas institucionais para que as mulheres desfrutem plenamente de seus direitos. (CSW, 2017b).

Como o tema da reunião de 2017 da CSW é o empoderamento econômico das mulheres, conforme mencionado anteriormente, grande ênfase é dada, na declaração da FEIM em conjunto com outras ONGs, aos aspectos econômicos que afetam as mulheres e estão ligados à pobreza e desigualdade:

Políticas para eliminação da pobreza devem ser ligadas à políticas de investimento econômico, dívida, impostos e devem incluir as mulheres de uma maneira igualitária para elaborar e aplicar políticas que promovam o crescimento sustentável e abordem as causas estruturais da pobreza (CSW, 2017b, p. 2, tradução nossa).²¹

Nas Conclusões Acordadas de 2017, podemos observar a inclusão de inúmeras alíneas, no parágrafo 40 – que estrutura as recomendações feitas pela Comissão – que tratam das questões econômicas que afetam as mulheres. As recomendações são amplas e abrangem diversos contextos, como o contexto familiar, em que recomenda-se a divisão de responsabilidades familiares entre homens e mulheres e chama-se a atenção para a importância do trabalho doméstico e cuidados domésticos não-pagos e para a necessidade de sua melhor divisão entre homens e mulheres. Na esfera econômica pública, é recomendado que a gestão financeira pública deve institucionalizar visão sensível à questão de gênero para garantir financiamento para a promoção da igualdade (CSW, 2017c). Outro ponto a ser notado é a defesa da adoção de legislação e empreendimento de reformas que garantam o

[...] acesso à recursos econômicos e produtivos, incluindo acesso, propriedade e controle da terra, propriedade e direitos de herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo crédito, serviços bancários e microfinanciamento, bem como acesso igualitário à justiça e assistência legal nesse sentido, e assegurar a capacidade legal das mulheres e direitos iguais para firmar contratos [...]. (CSW, 2017c, p. 9, tradução nossa).²²

²¹ No original: “Policies for eliminating poverty must be linked to policies of economic investment, debt, trade, taxes and include women in an egalitarian way to elaborate and apply policies that foster the sustained growth and address the structural causes of poverty.” (CSW, 2017b, p. 2)

²² No original: “access economic and productive resources, including access to, ownership of and control over land, property and inheritance rights, natural resources, appropriate new technology and financial services, including

Observamos, assim, que as preocupações relacionadas às relações de gênero no âmbito familiar e doméstico e ao acesso a serviços econômicos, expressadas nas declarações da FEIM, foram englobadas pelo documento final produzido na reunião, bem como a preocupação específica com o empoderamento das mulheres indígenas, presente na alínea gg das Conclusões Acordadas (CSW, 2017c).

É possível observar, a partir da análise dos documentos finais das reuniões da CSW entre os anos de 2009 e 2017, alguns elementos que estão presentes em todos os documentos do período. Em todos os anos, há um parágrafo em que a Comissão reafirma a Declaração e Plataforma de Ação de Beijing, além de retomar suas recomendações ao longo dos documentos. Além disso, em todos os anos analisados a Comissão pede aos Estados que aprimorem a forma como são recolhidos dados da população, de forma a incluir distinção de gênero nas mais diversas pesquisas para melhor quantificar e apurar as áreas em que a desigualdade de gênero é mais acentuada.

Podemos dizer que esses documentos finais são abrangentes, tratando de muitas questões concomitantemente e se aprofundando apenas em algumas. Por fim, notamos que embora cada reunião anual se ocupe de uma temática prioritária, as recomendações tratam das questões de maneira a interconectá-las com outros problemas e aproveitam, assim, reuniões e recomendações anteriores em cada novo documento.

Existe, então, uma espécie de acumulação temática ao longo dos anos, tendo o efeito de enfatizar a cada novo ano os avanços e recomendações já produzidos. A análise de documentos do período que vai de 2009 até 2017 foi sintetizada no Quadro 1.

Quadro 1 - Sistematização da análise de documentos

Ano	Número de declarações submetidas pela FEIM	Tipo de documento final	Existência de convergência temática
2009	1	Conclusões Acordadas	Sim
2010	1	Relatório	Sim
2011	1	Conclusões Acordadas	Parcial
2013	2	Conclusões Acordadas	Sim
2014	2	Conclusões Acordadas	Sim
2015	3	Declaração Política	Não
2016	1	Conclusões Acordadas	Sim
2017	2	Conclusões Acordadas	Sim

Fonte: Elaborado pela autora com base em CSW (2009a, 2009b, 2010a, 2010b, 2011a, 2011b, 2013a, 2013b, 2013c, 2014a, 2014b, 2014c, 2015a, 2015b, 2015c, 2015d, 2016a, 2016b, 2017a, 2017b, 2017c)

credit, banking and microfinance, as well as equal access to justice and legal assistance in this regard, and ensure women's legal capacity and equal rights with men to conclude contracts [...]" (CSW, 2017c, p. 9)

Assim, é possível concluir que no período analisado as preocupações levantadas pela FEIM e as recomendações que constam nas declarações submetidas por ela foram amplamente integradas aos documentos finais das reuniões anuais, à exceção dos anos de 2011, em que foram parcialmente incluídas, e de 2015, em que o documento final foi muito genérico e não se aprofundou nas temáticas que a FEIM levantou. É possível dizer, então, que houve uma tendência de inclusão das demandas da ONG nos documentos resultantes das reuniões anuais, no período analisado.

5 CONCLUSÃO

As relações internacionais contemporâneas passaram a ser palco da atuação de ONGs, que deixaram de ter alcance limitado ao âmbito nacional e passaram a comunicar-se com outras organizações fora de seu país de origem. Além disso, as ONGs introduziram-se como agentes de influência em organizações intergovernamentais, tendo voz ativa e ajudando a pautar o debate dos mais variados assuntos. De maneira semelhante, questões ligadas ao feminismo e à busca pela garantia dos direitos das mulheres vem ganhando importância internacional nas últimas décadas, como podemos ver através da realização da Conferência de Beijing em 1995 e da atividade regular da Comissão sobre o Status da Mulher, que a cada cinco anos realiza reuniões de revisão da Conferência de Beijing e todo ano se reúne para discutir os mais diversos assuntos relacionados aos direitos das mulheres, tudo isso sob os auspícios da ONU.

Assumindo um ponto de vista teórico “construtivista-feminista”, como apresentado no primeiro capítulo do trabalho, considerou-se na pesquisa que atores do sistema internacional e a estrutura dele são co-construídos e assim sendo as ONGs são também produtores de normas e valores internacionais. A análise de documentos foi feita partindo desse pressuposto, com o objetivo de identificar se as preocupações e questões levantadas pela ONG escolhida – a FEIM – foram levadas em consideração na produção dos documentos finais da Comissão sobre o Status da Mulher (CSW), ou seja, se as temáticas convergiram.

Além disso, a pesquisa foi empreendida utilizando gênero como categoria de análise, o que significa dizer que gênero empresta significado a estruturas de poder que perpassam diversas esferas da vida social, incluindo a política internacional. Assim, a partir da análise histórica da evolução dos direitos das mulheres no sistema ONU, ficou evidente a necessidade de partir de um ponto de vista teórico que considere gênero como fator estruturante da vida social, já que os documentos produzidos na ONU nesse âmbito passaram a incorporar perspectivas de gênero no tratamento das mais diversas questões e deixam claro que a desigualdade atual é fruto de relações historicamente desiguais, nas quais havia a dominação da mulher pelo homem.

Nesse sentido, a Declaração e Plataforma de Ação de Beijing tornou-se um documento fundamental na discussão sobre os direitos das mulheres no plano internacional, sendo resultado da Conferência de Beijing de 1995, inserida no contexto da “Agenda Social” da ONU da década de 1990. Esse documento serve ainda hoje de base para as discussões da CSW, já que a Comissão

se tornou responsável pelo monitoramento da implementação da Plataforma de Ação, reafirmando e revisando suas recomendações.

Entre os anos de 2009 e 2017, observou-se que muitos dos objetivos expressos na Plataforma de Ação não foram atingidos. As discussões giravam em torno das medidas que deveriam ser tomadas pelos Estados, organizações internacionais e demais organismos competentes para que estes objetivos fossem implementados, além de estimulá-los a seguir as recomendações das Conclusões Acordadas produzidas nas reuniões anuais da Comissão. Além disso, é possível observar que os documentos finais produzidos nas reuniões da CSW são abrangentes e gerais, aprofundando-se apenas em alguns temas, de modo a possibilitar que uma vasta gama de países possa criar iniciativas para implementar suas recomendações.

Ao empreender a análise de documentos do período, observamos que a tendência é que os documentos finais das reuniões da CSW englobem as demandas expressadas pela FEIM em suas declarações. O único ano em que isso não aconteceu foi 2015, ano em que as declarações submetidas pela FEIM são precisas e aprofundam os temas de que tratam mas a Declaração Política fruto da reunião é geral e não inclui recomendações muito detalhadas. Em 2011, observamos que o documento final também não atinge o mesmo grau de detalhamento da declaração submetida pela FEIM, mas mesmo assim inclui as temáticas de preocupação da ONG. Nos demais anos, houve inclusão, nos documentos resultantes das reuniões anuais da CSW, de todas as questões levantadas nas declarações submetidas à CSW pela FEIM, com o mesmo nível de aprofundamento que os documentos submetidos pela ONG apresentam. Pode-se dizer, então, que na maior parte do período analisado houve a convergência temática nos dois tipos de documento, sendo que as preocupações da FEIM foram na maioria dos anos completamente incluídas nos documentos finais.

No entanto, não é possível afirmar que a FEIM, sozinha, pautou o debate na CSW, mas é possível concluir que as ONGs têm um papel relevante nas relações internacionais, na medida em que a análise aponta que as temáticas de preocupação e recomendações trazidas ao debate da CSW pela ONG escolhida, a FEIM, são levadas em consideração no debate e incluídas nos documentos finais, na maior parte do período em questão.

Isso significa, como apontam os teóricos construtivistas, que mesmo que organizações não-governamentais não tenham poder de decisão nas organizações intergovernamentais, sua capacidade de influenciar a agenda a ser debatida mostra como também são produtores de valores

e normas internacionais. No caso da CSW, o status consultivo garante a participação das ONGs e o reconhecimento da importância da contribuição delas ao debate, além de considerá-las importantes representantes da opinião pública das mais variadas regiões e países.

Por fim, ressalta-se que neste trabalho buscou-se contribuir com o debate acerca da atuação de ONGs no sistema internacional e na produção de valores e normas internacionais, através do estudo da atuação da FEIM na CSW. O impacto que essas normas e valores tem na realidade da vida das mulheres e a forma como os países interpretam e implementam as recomendações da CSW fogem do escopo do trabalho, podendo ser objeto de outro estudo no futuro.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M. Uma conferência entre colchetes. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 1, p. 212-218, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16937/15501>>. Acesso em: 08 dez. 2017.
- ALVES, J. A. Lindgren. **Relações Internacionais e Temas Sociais**: a década das conferências. Brasília: IBRI, 2001.
- BOLI, J.; THOMAS, G. M. **INGOS and the Organization of World Culture**. In: BOLI, J.; THOMAS, G. M. **Constructing World Culture**: international nongovernmental organizations since 1875. Stanford: Stanford University Press, 1999. p 13-49.
- COMMISSION ON THE STATUS OF WOMEN - CSW. **Document E/CN.6/2009/NGO/14**. 2009a. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N08/641/10/PDF/N0864110.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 28 de nov. 2017.
- COMMISSION ON THE STATUS OF WOMEN – CSW. **Agreed conclusions**, 2009b. Disponível em: <http://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/csw/53/csw53_e_final.pdf?la=en&vs=915>. Acesso em: 27 nov. 2017.
- COMMISSION ON THE STATUS OF WOMEN - CSW. **Document E/CN.6/2010/NGO/49**, 2010a. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N09/658/79/PDF/N0965879.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 05 dez. 2017.
- COMMISSION ON THE STATUS OF WOMEN - CSW. **Documents E/2010/27 (SUPP) - E/CN.6/2010/11 (SUPP), Report of the 54th Session of the Commission on the Status of Women**, 2010b. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N10/305/76/PDF/N1030576.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 06 dez. 2017.
- COMMISSION ON THE STATUS OF WOMEN - CSW. **Document E/CN.6/2011/NGO/70**, 2011a. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N10/682/55/PDF/N1068255.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 29 nov. 2017.
- COMMISSION ON THE STATUS OF WOMEN - CSW. **Agreed conclusions**, 2011b. Disponível em: <http://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/csw/55/csw55_e_final.pdf?la=en&vs=708>. Acesso em: 27 nov. 2017.

COMMISSION ON THE STATUS OF WOMEN - CSW. **Document E/CN.6/2013/NGO/109**, 2013a. Disponível em: <<http://undocs.org/E/CN.6/2013/NGO/109>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

COMMISSION ON THE STATUS OF WOMEN - CSW. **Document E/CN.6/2013/NGO/110**, 2013b. Disponível em: <<http://undocs.org/E/CN.6/2013/NGO/110>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

COMMISSION ON THE STATUS OF WOMEN - CSW. **Agreed conclusions**, 2013c. Disponível em: <<http://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/csw/57/csw57-agreedconclusions-a4-en.pdf?la=en&vs=700>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

COMMISSION ON THE STATUS OF WOMEN - CSW. **Document E/CN.6/2014/NGO/95**, 2014a. Disponível em: <<http://undocs.org/E/CN.6/2014/NGO/95>>. Acesso em 02 dez. 2017.

COMMISSION ON THE STATUS OF WOMEN - CSW. **Document E/CN.6/2014/NGO/104**, 2014b. Disponível em: <<http://undocs.org/E/CN.6/2014/NGO/104>>. Acesso em: 04 dez. 2017.

COMMISSION ON THE STATUS OF WOMEN - CSW. **Document E/CN.6/2014/NGO/69**, 2014c. Disponível em: <<http://undocs.org/E/CN.6/2014/NGO/69>>. Acesso em: 04 dez. 2017.

COMMISSION ON THE STATUS OF WOMEN - CSW. **Agreed conclusions**, 2014d. Disponível em: <http://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/csw/58/csw58_agreed_conclusions.pdf?la=en&vs=1525>. Acesso em: 27 nov. 2017.

COMMISSION ON THE STATUS OF WOMEN - CSW. **Document E/CN.6/2015/NGO/229**, 2015a. Disponível em: <http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=E/CN.6/2015/NGO/229>. Acesso em: 06 dez. 2017.

COMMISSION ON THE STATUS OF WOMEN - CSW. **Document E/CN.6/2015/NGO/256**, 2015b. Disponível em: <http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=E/CN.6/2015/NGO/256>. Acesso em: 06 dez. 2017.

COMMISSION ON THE STATUS OF WOMEN - CSW. **Document E/CN.6/2015/NGO/257**, 2015c. Disponível em: <http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=E/CN.6/2015/NGO/257>. Acesso em: 06 dez. 2017.

COMMISSION ON THE STATUS OF WOMEN - CSW. **Political Declaration**, 2015d. Disponível em: <<http://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/csw/59/declaration-en.pdf?la=en&vs=4833>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

COMMISSION ON THE STATUS OF WOMEN - CSW. **Document E/CN.6/2016/NGO/148**, 2016a. Disponível em: <<http://undocs.org/E/CN.6/2016/NGO/148>>. Acesso em: 04 dez. 2017.

COMMISSION ON THE STATUS OF WOMEN - CSW. **Agreed conclusions**, 2016b. Disponível em: <<http://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/csw/60/csw60%20agreed%20conclusions%20conclusions%20en.pdf?la=en&vs=4409>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

COMMISSION ON THE STATUS OF WOMEN - CSW. **Document E/CN.6/2017/NGO/111**, 2017a. Disponível em: <<http://undocs.org/E/CN.6/2017/NGO/111>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

COMMISSION ON THE STATUS OF WOMEN - CSW. **Document E/CN.6/2017/NGO/3**, 2017b. Disponível em: <<http://undocs.org/E/CN.6/2017/NGO/3>>. Acesso em: 05 de dez. 2017.

COMMISSION ON THE STATUS OF WOMEN - CSW. **Agreed conclusions**, 2017c. Disponível em: <<http://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/csw/61/csw-conclusions-61-web.pdf?la=en&vs=5452>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

ENLOE, C. **Bananas, Beaches, and Bases: making feminist sense of international relations**. 2nd ed. London: University of California Press, 2014.

EPPING, L.; PRÁ, J. Cidadania e Feminismo no Reconhecimento dos Direitos Humanos e das Mulheres. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 33-51, jan./abr. 2012.

FUNDACIÓN PARA ESTUDIO E INVESTIGACIÓN DE LA MUJER - FEIM. **Presentación**, 2017a. Disponível em: <<http://feim.org.ar/presentacion/>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

FUNDACIÓN PARA ESTUDIO E INVESTIGACIÓN DE LA MUJER - FEIM. **Historia y logros**, 2017b. Disponível em: <<http://feim.org.ar/historia-y-logros/>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

HALLIDAY, Fred. **Rethinking International Relations**. London: McMillan, 1994.

HARDING, S. **The Science Question in Feminism**. Ithaca: Cornell University Press, 1986.

HARDING, S. Is There a Feminist Method? In: **Feminism and Methodology: Social Science Issues**. HARDING, S. (Ed.). Bloomington: Indiana University Press, 1987, p. 1-14.

KECK, M. E.; SIKKINK, K. **Activists Beyond Borders: Advocacy Networks in International Politics**. Ithaca: Cornell University Press, 1998.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. Transnational Relations and World Politics: An Introduction. **International Organization**, v. 25, n. 3, p. 329-349, 1971.

LAPID, Y. The Third Debate: On the Prospects of International Theory in a Post-Positivist Era. **International Studies Quarterly**, London, v. 33, n. 3, p. 235-254, sep. 1989.

LOCHER, B.; PRÜGL, E. Feminism and Constructivism: Worlds Apart or Sharing a Middle Ground? **International Studies Quarterly**, London, v. 45, n. 1, p. 111-129, mar. 2001.

NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N. **Teoria das Relações Internacionais**: correntes e debates. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Convenção Para A Eliminação De Todas As Formas De Discriminação Contra As Mulheres**, 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4377.htm>. Acesso em: 13 nov. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Declaração e Plataforma de Ação de Beijing. Beijing**, 1995. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2017.

REUS-SMIT, C. Constructivism. In: BURCHILL, S. et al. **Theories of International Relations**. 3rd ed. Basingstoke: Palgrave, 2005. p. 188-212.

SCHNEIDER, S. (Org.). **A revolução das mulheres**. São Paulo: Boitempo, 2017.

SCOTT, J. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. **The American Historical Review**, Bloomington, v. 91, n. 5, 1986, p. 1053-1075.

STIENSTRA, D. **Women's Movements and International Organizations**. New York: St. Martin's Press, 1994.

TARROW, Sidney. **The New Transnational Activism**. 3rd Ed. New York: Cambridge University Press, 2007.

TICKNER, J. Ann. You Just Don't Understand: Troubled Engagements Between Feminists and IR Theorists. **International Studies Quarterly**. London, v. 4, n. 4, p. 611-632, 1997.

TICKNER, J. Ann. **Gendering World Politics**: Issues and Approaches in the Post-Cold War Era. New York: Columbia University Press, 2001.

TRANSFORMING OUR WORLD: the 2030 Agenda for Sustainable Development. 2017. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/post2015/transformingourworld>> . Acesso em: 06 dez. 2017.

UNITED NATIONS – UN. **Rio Declaration on Environment and Development**. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <http://www.unesco.org/education/pdf/RIO_E.PDF>. Acesso em 17 nov. 2017.

UNITED NATIONS – UN. **Vienna Declaration And Programme Of Action**. Viena, 1993. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/Vienna.aspx>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

UNITED NATIONS – UN. **Programme Of Action**. Cairo, 1994. Disponível em: <http://www.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/programme_of_action_Web%20ENGLISH.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2017.

UNITED NATIONS - UN. **Cairo declaration on population and development**. Cairo, 1994. Disponível em: <<http://www.un.org/popin/icpd/conference/bkg/egypt.html>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

UNITED NATIONS - UN. **The Millenium Development Goals Report**. Nova York, 2015. Disponível em: <[http://www.un.org/millenniumgoals/2015_MDG_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20\(July%201\).pdf](http://www.un.org/millenniumgoals/2015_MDG_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20(July%201).pdf)>. Acesso em: 22 nov. 2017.

UNITED NATIONS ECONOMIC AND SOCIAL COUNCIL - ECOSOC. **Resolution 11(II)**, Document E90/E84, 1946. Disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/daw/csw/pdf/CSW_founding_resolution_1946.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2017.

UNITED NATIONS ECONOMIC AND SOCIAL COUNCIL - ECOSOC. **Resolution 1996/6**, Document E/1996/96, p. 20-22, 1996a. Disponível em: <<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N97/775/21/IMG/N9777521.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

UNITED NATIONS ECONOMIC AND SOCIAL COUNCIL - ECOSOC. **Resolution 1996/31**. 1996b. Disponível em: <<http://esango.un.org/paperless/Web?page=static&content=resolution>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

UN WOMEN (United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women). **Short Story of CEDAW Convention**. 2017a. Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/history.htm>>. Acesso em: 11 nov. 2017.

UN WOMEN (United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women). **World Conferences on Women**. 2017b. Disponível em: <<http://www.unwomen.org/en/how-we-work/intergovernmental-support/world-conferences-on-women>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

WHITWORTH, S. Gender in the Inter-Paradigm Debate. **Millennium: Journal of International Studies**, v. 18, n. 2, 1989, p. 265-272.